



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CLEOCI WERLE ROCKENBACH

ESTUDO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES:
UMA ANÁLISE À LUZ DOS VALORES DO HUMANISMO

CERRO LARGO

2017

CLEOCI WERLE ROCKENBACH

**ESTUDO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES:
UMA ANÁLISE À LUZ DOS VALORES DO HUMANISMO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Cesar de Miranda e Lemos

CERRO LARGO

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Rockenbach, Cleoci Werle

Estudo sobre a execução da política de Assistência Social em municípios da região das Missões: Uma análise à luz dos valores do humanismo/ Cleoci Werle Rockenbach.

-- 2017.

94 f.

Orientador: Dr. Cesar de Miranda e Lemos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas - PPGDPP, Cerro Largo, RS, 2017.

1. Desenvolvimento do potencial humano. 2. Humanismo. 3. Autonomia. 4. Protagonismo. 5. Política Pública de Assistência Social. I. Lemos, Dr. Cesar de Miranda e, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CLEOCI WERLE ROCKENBACH

**ESTUDO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

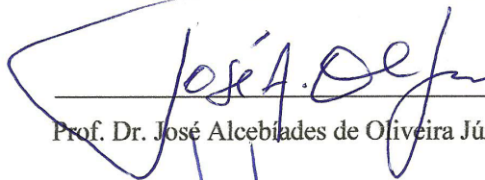
Orientador: Prof. Dr. Cesar de Miranda e Lemos

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 07/08/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cesar de Miranda e Lemos - UFFS



Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Júnior - UFRGS



Prof.^a Dr.^a Louise de Lira Roedel Botelho - UFFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Cesar Lemos, pela disponibilidade e profissionalismo em me auxiliar a aprofundar as temáticas selecionadas e incentivando a prosseguir no caminho escolhido, sem nunca tolher o que eu quis expressar.

Agradeço aos gestores da Assistência Social dos municípios pesquisados, por terem autorizado a pesquisa, abrindo as portas do CRAS para a realização deste estudo.

Aos colegas profissionais do CRAS que participaram da pesquisa dedico um agradecimento especial pela atenção com que me receberam, pela disponibilidade em acompanhar na visita ao CRAS e pelo interesse em compartilhar suas experiências.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a analisar as ações desenvolvidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e a sua contribuição para a formação de indivíduos autônomos e protagonistas de suas vidas, e fomento ao desenvolvimento pessoal dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tendo em vista o interesse no aprimoramento do ser humano enquanto pessoa única e irrepetível, usou-se como referencial teórico o entendimento de homem de psicólogos humanistas e a sua concepção sobre o desenvolvimento integral do potencial intrínseco a cada pessoa, a fim de resgatar a dignidade do homem. Como base para a análise das ações usou-se os valores da cultura humanista, que resgatam, ressaltam e enaltecem as características positivas da natureza humana e favorecem o seu desenvolvimento individual e social. De natureza qualitativa, a pesquisa desta dissertação caracteriza-se como estudo de casos múltiplos, tendo sido pesquisados três CRAS da região das Missões. Para a coleta dos dados utilizou-se a observação simples e as entrevistas com os profissionais de nível superior, que atuam nos CRAS, compondo a amostra quatro assistentes sociais e três psicólogos. A análise dos dados coletados foi realizada através da técnica de análise de conteúdos. Com base nos métodos empregados foi possível verificar que: a) com a implantação dos Centros de Referência nos municípios a política de assistência social tornou-se mais visível e acessível aos usuários; b) os profissionais buscam assegurar o acesso à política como um direito dos usuários, se empenham para garantir a continuidade das ações, entendem o caráter preventivo e protetivo da política; c) apesar do esforço dos profissionais, na gestão da política ainda existem práticas sociais fragmentadas, imediatistas e medidas assistencialistas; d) os usuários são vistos como indivíduos dotados de potencialidades e capacidades e devem ser responsabilizados a empenhar-se no desenvolvimento de si mesmos, no seu aprimoramento e no provimento do seu autossustento; e) o CRAS, como unidade básica da assistência social, por meio da atuação dos profissionais, já contribui e pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e protagonistas de sua história, capazes de transpor por conta própria as dificuldades da sua vida. A partir dessas constatações pincelou-se uma breve proposta de aplicação dos valores do humanismo nas ações cotidianas realizadas no CRAS. Espera-se contribuir para que o CRAS torne-se uma referência para estimular a pessoa na autoconstrução para a excelência revelando assim os talentos inatos existentes em cada ser humano e devolvendo-lhe toda a sua dignidade. Entende-se que encorajar o desenvolvimento individual, responsabilizar a pessoa pela melhoria de sua vida, é uma possibilidade real e concreta na política de assistência social e é também uma maneira de construir uma sociedade mais humana.

Palavras-chave: Desenvolvimento do potencial humano. Autonomia. Protagonismo. Humanismo.

ABSTRACT

This research analyzes the actions developed at Social Assistance Reference Centers (CRAS) and its contribution to the formation of autonomous individuals and protagonists of their lives, and the support to the personal development of Unified Social Assistance System (SUAS) users. In view of the interest in human being enhancement as a unique and unrepeatable individual, in this study was used as theoretical reference the humanistic psychologists view about human understanding and their conception of the integral development of intrinsic potential to each person, in order to rescue the dignity of the human being. As a basis for the analysis of actions was worked on the values of the humanist culture, which rescue, highlight and praise the positive characteristics of human nature, promoting their individual and social development. As a nature of qualitative study, it is characterized as a multiple-case research, they were searched three CRAS from the missions region. For data collection was used the simple observation and the interviews with higher education professionals, who work at CRAS, composing the sample four social workers and three psychologists. The collected data analysis was performed through the content analysis technique. Based on the methods applied in this study it is possible to verify: a) with the implementation of Reference Centers in municipalities, social assistance policy has become more visible and accessible to users. b) the professionals seek to ensure access to politics as a right of users, striving to ensure the continuity of actions and understanding the preventive and protective nature of the politics; c) there are still fragmented social practices, immediatists and assistance measures; d) users are seen as individuals endowed with potentiality and capabilities who must be held accountable for their own development, improvement and provision of their self-sustaining e) the CRAS, as a basic unit of social assistance, through the work of professionals, already contributes and can contribute even more to the development of autonomous subjects and protagonists of their history, capable of transposing on their own the difficulties of their life. Based on these findings, there was a brief proposal of humanism values in the daily actions carried out at CRAS. It is hoped to contribute to the CRAS becoming a reference to stimulate the person in self-construction to excellence, thus revealing the innate talents that exist in each human being and giving back to him all his dignity. It is understood that encouraging individual development, empowering the person for the betterment of their lives, is a real and concrete possibility in social assistance policy and is also a way of building a more humane society.

Keywords: Development of human potential. Autonomy. Protagonism. Humanism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entendimento dos profissionais sobre os conceitos de autonomia, protagonismo, emancipação e empoderamento.....	61
Quadro 2 - Atividades desenvolvidas pelos profissionais.....	62
Quadro 3 - Relato dos profissionais sobre o propósito e resultados esperados com o trabalho realizado no CRAS.....	63
Quadro 4 - Assuntos e temas abordados nas atividades grupais do PAIF e do Serviço de convivência para crianças, adolescentes e idosos.....	64

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadSUAS	Sistema de Cadastro do SUAS
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CIT	Comissão Intergestora Tripartite
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAS	Departamento de Assistência Social
ID-CRAS	Indicador de Desenvolvimento do CRAS
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIM	Programa Primeira Infância Melhor
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SISC	Sistema de Informação do Serviço de Convivência
SISCON	Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades do Programa Bolsa Família
SISPETI	Sistema Informatizado do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUASWeb	Sistema Informatizado online do SUAS
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPERAÇÃO DA POBREZA	14
2.2	A NATUREZA DO HOMEM	18
2.3	A DIGNIDADE DO HOMEM	26
2.4	O HUMANISMO	29
2.4.1	Humanismo Clássico	30
2.4.2	Humanismo Histórico	31
2.4.3	Humanismo Perene	33
2.5	PROTAGONISMO, AUTONOMIA, EMPODERAMENTO	35
2.5.1	Protagonismo	36
2.5.2	Autonomia	37
2.5.3	Empoderamento	38
2.6	O QUE É O CRAS?	39
3	O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	47
3.1	CARACTERIZAÇÃO DOS CRAS	51
3.2	LEVANTAMENTO E AGRUPAMENTO DOS DADOS	59
4	ANÁLISE DOS DADOS	67
5	REFLEXÕES FINAIS: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO	75
5.1	OS VALORES DO HUMANISMO COMO NORTEADORES DAS AÇÕES	78
5.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICES	89

1 INTRODUÇÃO

A atuação, por vários anos, na Política Pública de Assistência Social, mais especificamente junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), onde se desenvolve trabalho com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, leva à reflexão sobre o modo como essa política pública é conduzida, e como se pode aprimorar o trabalho a fim de alcançar melhores resultados. Tendo formação tanto em Serviço Social como em Psicologia o olhar sobre os usuários da política leva em consideração todo o contexto em que estão inseridos, as influências e limitações que o ambiente, a estrutura socioeconômica e as relações sócio-familiares exercem sobre a pessoa, e também todo o potencial interior, as capacidades e habilidades que cada um possui intrinsecamente.

Dessa perspectiva brotam inquietações e anseios, no sentido de como conduzir as ações, o que fazer, como fazer para desenvolver o potencial interior que cada ser humano possui e, desenvolvendo o ser humano, contribuir para o desenvolvimento da comunidade local e da sociedade como um todo. Surgem questionamentos sobre como contribuir para o resgate do valor intrínseco da pessoa humana e dessa forma auxiliar para a construção de uma sociedade mais humanizada. Dos questionamentos frequentes, do pensar e repensar contínuo sobre os resultados da própria atuação profissional, das reflexões sobre a efetividade do trabalho de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos pela política, da intenção de estimular o aprimoramento de cada usuário, e da vontade de contribuir para a construção de uma sociedade melhor, nasce o interesse de estudar com mais profundidade a política na qual se atua profissionalmente, conhecer melhor como ela é executada em outras unidades públicas da assistência social e quais referenciais poderiam contribuir para a construção de novas abordagens profissionais.

Das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que estabelecem como prioridade o fortalecimento da autonomia do indivíduo e sua família, o desenvolvimento das capacidades, potencialidades e aquisições, e a ampliação do protagonismo dos indivíduos, nasce o desafio de encontrar o modo de contribuir com mais efetividade para a concretização dessas premissas. Da formação em psicologia surge o enfoque prioritário no indivíduo, sem dissociá-lo de sua família, de sua comunidade ou do contexto social em que está inserido.

Surgem assim as questões problematizadoras do presente estudo: como se desenvolve essa política pública na prática cotidiana dos profissionais responsáveis pela sua operacionalização? O que é feito para desenvolver as potencialidades e capacidades, e

fortalecer o protagonismo e a autonomia dos indivíduos e suas famílias? Nas orientações técnicas da PNAS consta que o trabalho social com famílias deve ser embasado por conhecimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos, quais são os conhecimentos, os referenciais teóricos que sustentam a atuação prática dos profissionais desta política? O estudo se detém em examinar o que é feito no Centro de Referência em Assistência Social, como é feito, e quais os fins que se pretende alcançar, e se esses aspectos são promotores da autonomia e protagonismo.

A PNAS deve afiançar dois níveis de proteção, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Considerando que o nível da Proteção Social Básica tem a tarefa primordial de assegurar o protagonismo, a autonomia e o desenvolvimento de capacidades, conforme descrito acima, optou-se por observar a execução apenas desse nível de proteção, cujas ações são desenvolvidas principalmente no CRAS. Assim, delimitou-se o estudo ao trabalho realizado nessa unidade específica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O objetivo geral deste estudo foi verificar se as ações desenvolvidas no CRAS, e a prática profissional cotidiana, estão em concordância com os conceitos e posturas promotoras do protagonismo e da autonomia dos indivíduos. Os objetivos específicos são: analisar o conjunto de projetos, atividades, ações, temas e conteúdos desenvolvidos na prática cotidiana dos profissionais do CRAS; aprofundar estudos sobre autonomia, protagonismo, empoderamento, humanismo, valores do humanismo e dignidade humana; verificar quais valores humanos são realçados e reforçados no fazer cotidiano da Assistência Social; conhecer as práticas socioeducativas e de promoção humana executadas pelos agentes locais da política de assistência social; analisar os programas de trabalho da política local de assistência social; propor novas abordagens na execução da política de assistência social pelos agentes locais.

O segundo capítulo é dedicado ao referencial teórico. Primeiramente se fez uma abordagem a respeito do que é uma política pública, em seguida pontuando especificamente a Política Pública de Assistência Social. Discorre-se sobre a concepção de assistência social para autores como Sposati (2007), Pereira e Guareschi (2013) e sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a consolidação da nova concepção de assistência social.

Considerou-se de fundamental importância esclarecer qual a concepção de homem, como se compreende o ser humano, a pessoa para quem a política se direciona, para quem as ações são pensadas e executadas. O homem, além de sua constituição biológica, matérica, é constituído por um princípio metafísico, a sua psique. Cada ser humano possui uma ordem

inerente, um projeto intrínseco que tem características universais que identificam todos como humanos, mas tem também especificidades que tornam cada pessoa única. Através dos escritos de Maslow (1962, 2003), May (1974,1988), Rogers (1982) e Meneghetti (2004, 2010, 2014), trazem-se esclarecimentos a essa concepção de homem. Esses autores destacam a grandeza desse potencial intrínseco, explicam como esse potencial pode ficar adormecido, em alguns casos por toda a vida, e apontam a possibilidade de despertar a capacidade criativa de cada ser humano.

Aborda-se a questão da dignidade humana segundo o enfoque de Pico Della Mirandola (1985), o qual menciona que o homem é artífice de si mesmo e tem a possibilidade de se autoconstruir livremente, sendo esta possibilidade o que lhe confere grandeza e dignidade. De todos os seres vivos o homem é o único que pode escolher aquilo que quer ser, pelo próprio empenho e livres escolhas pode embrutecer-se ou alcançar a excelência.

A escolha desse autor e do tema da dignidade humana se deu pela valorização e destaque na centralidade do homem nas discussões filosófica e científicas do seu tempo. Centralidade que conduziu à escolha do Humanismo para fornecer os fundamentos para a construção de uma proposta formativa para os profissionais que atuam na Assistência Social. O humanismo é um movimento que recupera, enobrece e exalta o homem, e destaca valores que se mostraram funcionais ao seu desenvolvimento pleno. Alguns desses valores são a filantropia, a autonomia, a vida ativa, e outros que são apresentados na sequencia do trabalho.

A Política Nacional de Assistência Social faz referência ao fortalecimento da autonomia, promoção do protagonismo, empoderamento etc., sem esclarecer o que entende por esses termos. Para se trabalhar essas aquisições com os usuários é necessário compreender com mais precisão o seu significado. Com esse intuito mostrar-se uma definição dos termos do ponto de vista de diversos autores.

Finalizando o capítulo do referencial teórico faz-se uma descrição sobre a unidade estatal denominada Centro de Referência em Assistência Social, segundo as referências técnicas e cadernos de orientação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O terceiro capítulo é destinado a apresentação dos processos metodológicos, caracterização do tipo de pesquisa, seu delineamento, técnicas e procedimentos utilizados para a coleta de dados. Aponta-se os critérios usados para a escolha das unidades a serem pesquisadas e quais os sujeitos a serem entrevistados. Realiza-se uma descrição da estrutura física de cada um dos CRAS, as atividades que são desenvolvidas e a equipe de trabalho existente em cada unidade.

Logo após é feita a análise compreensiva dos dados com a descrição das informações obtidas por meio das entrevistas e interpretação dos seus significados. Por fim apresenta-se a análise sobre o trabalho desenvolvido nos CRAS e uma proposta de condução das atividades norteada pelos valores do humanismo tornando esta unidade pública apta a desenvolver o potencial humanístico dos usuários do SUAS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se este capítulo discorrendo sobre a concepção da Assistência Social como política pública que deve superar a noção assistencialista e tuteladora que persistiu por muitos anos na prática da Assistência Social. Prossegue-se apresentando a concepção de homem a partir da qual se analisa as ações desenvolvidas pela política e procede-se a definição dos termos usados nas diretrizes e objetivos descritos nos documentos da Política Nacional da Assistência Social. Encerra-se o capítulo descrevendo o CRAS, unidade física na qual se desenvolvem as ações que são o objeto deste estudo.

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPERAÇÃO DA POBREZA

Por se tratar de um estudo que tem por escopo analisar como ocorre a execução de uma política pública é importante clarificar o entendimento sobre o conceito de políticas públicas. Assim, políticas públicas são as diretrizes, princípios, regras e procedimentos que norteiam as ações dos governos tendo em vista a obtenção de determinados resultados.

Para Souza (2003, p. 13) “o processo de formulação de políticas públicas é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real”. Formular uma política pública significa definir o quê, como, quando, com que consequências e para quem serão direcionadas as ações e os recursos dos governos. Para Teixeira (2002, p. 3) “as políticas públicas visam responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis”.

Conforme esclarece Souza (2003, p. 20) “o pesquisador não pode desconsiderar que a análise da política pública é, sempre e necessariamente, investigar o governo em ação”. Ou seja, verificar o que os governos fazem ou deixam de fazer e por quê. Em base nessa recomendação analisam-se as ações dos agentes locais que executam o que foi definido previamente pelos governantes.

Com a Constituição de 1988 a assistência social no Brasil torna-se direito social e constitui um dos pilares da Seguridade Social, compondo o sistema de proteção social. Em 1993 ocorre a regulamentação dos princípios e diretrizes da assistência social, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social e em 2011, com a criação do Sistema Único da Assistência Social definiu-se a gestão descentralizada das ações na área de assistência social, cabendo aos municípios a execução de projetos de enfrentamento da pobreza e a prestação

dos serviços assistenciais. Este estudo trata da análise da execução da Política de Assistência Social, cujos princípios, diretrizes e objetivos foram delineados e instituídos em 2004, no documento que compõe a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Conforme o documento (BRASIL, 2005), a assistência social é uma política de proteção social e deve garantir esta proteção a quem dela necessita, independente de contribuição. Para garantir a proteção faz-se necessário conhecer os riscos e vulnerabilidades sociais¹ às quais os sujeitos estão expostos e os recursos que possuem para enfrentar essas adversidades. Isto supõe “entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas” (BRASIL, 2005, p. 15). A proteção social é, portanto, um direito do cidadão e visa suprir necessidades e desenvolver capacidades para aquisição de maior autonomia. Para efetivar esta proteção é preciso considerar três aspectos: as pessoas, suas circunstâncias e a família (que é o primeiro núcleo de apoio dos indivíduos), sendo indispensável a aproximação da vida cotidiana dos cidadãos. Significa, portanto, relacionar as pessoas, suas famílias e seus territórios. Tal concepção da política prevê o conhecimento dos territórios e suas demandas, obtido por meio de estudos e pesquisas.

A assistência social, juntamente com a saúde e a previdência constitui o âmbito da seguridade social, passando para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade do Estado. Enquanto componente da seguridade social supõe a interlocução com outras políticas do campo social “voltada para a garantia de direitos e de condições dignas de vida” (BRASIL, 2005, p. 31). A intersetorialidade é, portanto, uma das condições importantes para o alcance dos objetivos e maior amplitude de resultados.

A descentralização político-administrativa, necessária devido a heterogeneidade socioterritorial do país, estabelece que os entes federativos fixem suas respectivas políticas de assistência social, tendo por base os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). As políticas locais são formuladas de forma participativa envolvendo entidades da sociedade civil, usuários, trabalhadores da política e governo, e são expressas no Plano de Assistência Social. Em cada ente federativo a política será executada

¹ De acordo com Santos e Pavarini (2010, p. 116) “o termo vulnerabilidade é um constructo multidimensional entendido como um processo de estar em risco, resultante de recurso econômico, social, psicológico, familiar, cognitivo ou físico inadequado”. Vulnerabilidade social é a característica de grupos e indivíduos que estão em processo de exclusão social, principalmente em decorrência de fatores socioeconômicos. Algumas das principais características que marcam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, inexistência de meios de subsistência, dificuldade de acesso a bens e serviços e às políticas sociais básicas como educação, saúde, habitação, trabalho.

sob o comando único do órgão gestor. Sendo que os Municípios tem a atribuição de coordenar, formular, co-financiar, monitorar, capacitar e sistematizar informações.

A política de assistência social, de acordo com Sposati (2007), deve ser entendida no contexto das relações de classe e das desigualdades sociais produzidas em uma sociedade de mercado, portanto:

Trata-se do campo da dívida social brasileira, face às exclusões sociais, onde os serviços de assistência social são importantes, quer para suprir demandas de produção e reprodução social, quer para a desconstrução/reconstrução da sociabilidade cotidiana de várias camadas da população sob uma nova relação de igualdade/equidade de direitos perante a sociedade e o Estado brasileiro e perante a ética sócio-política fundada na dignidade humana (SPOSATI, 2007, p. 440).

Refletindo sobre a assistência social Sposati (2007) a considera pertencente à área social e provedora de condições que assegurem a dignidade humana. No entanto as práticas sociais fragmentadas e tuteladoras “que têm sido apresentadas como assistência social não coincidem com as referências a uma política de direitos de cidadania” (SPOSATI, 2007, p. 437). As ações referentes a essa política, em grande parte, ainda se configuram como medidas assistencialistas. No entendimento de Meneghetti (2004c, p. 96), esse assistencialismo é uma “forma de piedade que desonra a dignidade humana”. Meneghetti reforça que, no plano psicológico, o assistencialismo “é uma mentalidade que destrói o orgulho, a ambição e a necessidade ao primado de todos aqueles aos quais impomos a ajuda” (idem, p. 231).

Sposati se refere a um processo de mudança de paradigma político à transição necessária a assistência social. Transição que vai das ações práticas de assistência social para a condição de política pública. Pois, embora a condição de política pública tenha sido conferida com a Constituição Federal de 1988, no plano real a consolidação da assistência social como política pública, dever do estado e direito do cidadão ainda não se efetivou completamente. Explicita a autora, “essa mudança contém múltiplas implicações e modos de gestão que alterem o modo de ser da assistência social para a de política pública” (SPOSATI, 2007, p.437).

Para Sposati a ação do Estado muitas vezes tem se caracterizado como o governo que acolhe o cidadão, pelo modo clientelista², paternalista e populista com que trata a ‘coisa pública’. Além do mais, se as ações do executivo não forem corroboradas pelo legislativo, havendo troca de governantes, o sucessor não se empenhará em dar continuidade às ações em curso, criticando e desfazendo o que foi realizado. O Poder Legislativo, quando reconhece como lei as políticas de “Estado”, torna-as duradouras e contínuas.

² Clientelismo: subsistema de relação política, com uma pessoa recebendo de outra proteção em troca de apoio político.

O papel do Estado na gestão da política de assistência social deve ser de agente regulador e garantidor da proteção social como “política de cidadania, isto é, nem compensatório, nem residual, nem caritativa” (SPOSATI, 2007, p. 447). Para que isso se concretize é necessário ir além dos programas de governo e desenvolver um sistema de proteção contínuo, distinguindo as ações contínuas da política dos programas e ações de caráter eventual e transitório de um governo. Tradicionalmente, no campo da assistência social, a ação pública se caracterizou por um conjunto de atividades descontínuas, desarticuladas que não propunham um resultado a ser alcançado e não definiam um padrão de atenção a ser proporcionado aos cidadãos que dela necessitam. Torná-la política pública enquanto proteção e provisão social supõe determinar indicadores e estabelecer um padrão de qualidade na oferta dos serviços.

A assistência social, incluída no tripé da seguridade social é política de proteção social devendo, portanto, como esclarece Sposati:

prover ações preventivas e protetivas em face da vulnerabilidade, riscos e danos sociais. [...] Os riscos sociais a que se refere não advém de situações físicas, psíquicas ou biológicas, como a saúde, mas sim de situações instaladas no campo relacional da vida humana. Isto é, diz respeito aos vínculos sociais. A assistência social está no campo societário e como tal, são os riscos advindos da (in) sustentabilidade de vínculos sociais e das incertezas sociais que se colocam sob sua responsabilidade, assim como o fomento ao desenvolvimento humano e social (SPOSATI, 2007, p. 449).

A proteção social, portanto, deve ir além das provisões materiais, deve propiciar o “reforço da autoestima, autonomia, inserção social, ampliação da resiliência aos conflitos, estímulo à participação, equidade, protagonismo, emancipação, inclusão social e conquista de cidadania” (SPOSATI, 2007, p. 451).

A assistência social no Brasil tem como marco a implantação do Sistema Único da Assistência Social, ocorrido em 2005, quando, na concepção de Pereira e Guareschi (2013, p. 385) “a assistência social deixa de ser caracterizada por ações imediatistas e focais, para ser uma política de cidadania”, por meio da incorporação de estratégias para o enfrentamento da pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais. Esta política ganhou destaque e tornou-se importante para afrontar as desigualdades e na promoção de melhores condições de vida aos cidadãos brasileiros. Pereira e Guareschi destacam a centralidade da assistência social na promoção da seguridade, da proteção social e no processo de inclusão das camadas mais pobres da população.

Os autores afirmam que a assistência social não poderá solucionar o problema da pobreza, pois isso implica necessariamente em maior acesso ao mundo do trabalho e

melhorias de suas condições, tarefas que não competem ao âmbito desta política, mas exigem mudanças estruturais mais complexas. Por isso concluem que a política de assistência social é uma “ação compensadora e limitada, que não existe para acabar com as desigualdades, mas sim para atenuar assimetrias do capitalismo ao garantir minimamente alguns direitos, sem, contudo atendê-los plenamente” (PEREIRA; GUARESCHI, 2013, p. 389). Embora a situação ideal de erradicação da pobreza e alcance pleno dos direitos humanos não esteja assegurada, a assistência social deve contribuir para proporcionar condições dignas de vida, “incluindo renda, garantia de acesso a direitos e possibilidade de construção de novas histórias” (PEREIRA; GUARESCHI, 2013, p. 389).

Uma vez que vivemos em sociedade, essa tem o dever de propiciar condições ao pleno desenvolvimento de seus indivíduos, que se torna um direito desses últimos. Mas o indivíduo também tem deveres para com esta sociedade. Por exemplo, o dever de empenhar-se no desenvolvimento de si mesmo, através do estudo e aprimoramento de habilidades que preparam para o cumprimento de outro dever primordial, o auto sustento. A provisão, a ajuda, sem a responsabilização é uma forma sutil de manter o outro dependente e inferiorizado. Sobre os deveres Meneghetti (2004b, p. 49) orienta que “além de compartilhar nossas riquezas, façamos com que aquele pobre compartilhe também dos nossos deveres de educação e de estudo. Se devemos dar o nosso bem-estar, é justo que paguem e respeitem as nossas leis de introdução no social”.

Quanto ao aspecto da ajuda May (1988, p.17, p. 20) esclarece que “o processo de ajudar outras pessoas pode na verdade torná-las conformistas e tender à destruição da individualidade”. O autor chama a atenção para o fato de que o indivíduo possui potencialidades e características únicas, que são reprimidas e por isso deixam de ser vivenciadas pela pessoa. A repressão das potencialidades “levanta a questão da margem de liberdade do ser humano com respeito a suas potencialidades, uma margem onde reside a responsabilidade sobre si mesmo”. Ou seja, esses dois autores, além de destacar o compromisso que a sociedade tem com a promoção do bem estar dos seus indivíduos e com a oferta dos meios que dão possibilidade de trabalho, cidadania, vida digna, a todos os cidadãos, ressaltam as capacidades de cada um e a responsabilidade individual na construção do próprio bem estar e na construção de uma sociedade melhor para todos.

2.2 A NATUREZA DO HOMEM

A política de Assistência Social é uma política que se propõe a promover um conjunto integrado de ações visando a melhoria de vida da população, isto é, dos seres humanos, que habitam o território de abrangência de uma política. Após delinear o entendimento a respeito da assistência social, importa compreender como o ser humano se constitui, para, a partir dessa ótica, fazer a verificação e a análise qualitativa das ações executadas por meio dessa política.

O ser humano, além de sua constituição biológica, matérica, é constituído por um princípio metafísico, a sua psique. A definição de psique feita pelos filósofos gregos da antiguidade perdura até hoje. Para esses filósofos psique é o princípio vital, um princípio de harmonia, o princípio motor que constitui o ser humano. Segundo Spinelli (2012, p. 118) para os antigos filósofos gregos a “psique contém a ideia de movimento contínuo, permanente e eterno; é um vigor, uma força, uma vitalidade unificante e criadora”. [...] Prossegue o autor, “é um princípio em virtude do qual um ente vive e cumpre suas operações de vida: quer uma intenção biológica, quer, no caso humano, uma intenção ou atividade de consciência, inteligente ou racional” (SPINELLI 2012, p.126).

Cada ser humano possui uma natureza interna, intrinsecamente dada, uma ordem inerente. Essa natureza interna é, em parte, singular e, em parte, universal na espécie humana. É um projeto que possui características universais que identificam todos como humanos, mas também possui especificidades que tornam cada pessoa única e irrepetível. O psicólogo humanista Maslow (1962, p. 27) elucida que “essa natureza interna não é forte, preponderante e inconfundível, mas frágil, delicada, sutil e facilmente vencida pelo hábito, a pressão cultural e as atitudes errôneas em relação a ela”.

No entanto, segundo o autor, embora frágil, esse princípio não desaparece, permanece subjacente no âmago do indivíduo, impulsionando no sentido de sua concretização. Quando as ações da pessoa satisfazem, estão em coincidência com as características de sua natureza interna, ela experimenta um sentido de realização, de amor-próprio, de autoconfiança, tornando-se plenamente desenvolvida e realizada. Satisfazer a natureza interior significa realizar plenamente todas as próprias potencialidades.

Todo ser humano possui esse projeto intrínseco, esse potencial, possui capacidades pessoais que devem ser atuadas para que a pessoa alcance a própria realização. Maslow (2003, p.1) refere que “o que um homem pode ser, ele deve ser”, ou seja, a atuação do potencial interior que cada um tem por natureza, não é somente uma possibilidade, é uma necessidade para o sujeito alcançar a autorrealização. É uma tendência natural do ser humano realizar concretamente aquilo que ele é em potencial, tornar-se tudo aquilo que é capaz. O

autor acrescenta que “cada um de nós é chamado [pela vida] para uma missão particular, condizente com a nossa natureza” (MASLOW, 2003, p. 314).

De acordo com Maslow, o homem anseia eternamente, porém a satisfação desse anseio é apenas uma tendência, uma possibilidade que pode ou não se realizar. Isso significa que, embora o ser humano tenha uma tendência natural para colocar em ação todo seu potencial, para que isso realmente ocorra é necessário um ato de vontade. Ainda que o sujeito tenha o potencial para a plenitude, necessita fazer o empenho voluntário para alcançar o máximo de si mesmo e assim obter a autorrealização. Autorrealização significa a realização plena do próprio potencial.

Analisando seus pacientes Maslow constatou que a maioria deles era dotada de criatividade. Possuíam uma capacidade de realizar as atividades simples da vida cotidiana com criatividade, como se possuíssem um talento especial. Percebeu então que estava “lidando com uma característica fundamental, inerente à natureza humana, um potencial dado aos seres humanos ao nascerem, que muito frequentemente se perde, fica enterrado inibido, conforme a pessoa vai se aculturando” (MASLOW, 2003, p. 26). No intuito de ser aceito pelos demais, de realizar uma boa adaptação à sociedade o sujeito vira as costas para muitos aspectos de si próprio. Em busca da aprovação social, segundo Maslow (2003, p. 29), o indivíduo perde a “fonte de todas as suas alegrias, de sua capacidade de atuar, amar, rir e, o mais importante, de ser criativo”.

Esse núcleo de vida, de inteligência, esse conjunto de potencialidades que constitui o ser humano, devido ao processo de aculturação, torna-se inconsciente. May (1974, p. 23) define o inconsciente “como aquelas potencialidades de conhecer e experimentar que o indivíduo não pode ou não quer atualizar”. É uma estrutura básica, uma estrutura fundamental, da qual os mecanismos psíquico-comportamentais são uma expressão. Conforme o autor, “todo mecanismo ou dinamismo, toda força ou impulso, pressupõe uma estrutura básica que é infinitamente maior do que o próprio mecanismo, impulso ou força” (idem). Colocar em ato os impulsos provenientes dessa estrutura base, ou colocar em ato as próprias potencialidades requer um ato de vontade e, explica May, “surge inevitavelmente a questão da liberdade do ser humano com respeito às suas próprias potencialidades. [...] Nesta margem reside a responsabilidade do indivíduo para consigo próprio, que nem mesmo o terapeuta pode tirar” (idem). Ou seja, o indivíduo é o único responsável pela colocação em ato das potencialidades que possui intrinsecamente, e é livre para fazê-lo ou não, e ninguém pode interferir nessa liberdade. Para May o indivíduo deve ser fiel a sua natureza intrínseca e não renunciar a seus talentos inatos, caso renuncie, em seu íntimo profundo, o indivíduo percebe o

mal que fez a si mesmo e despreza-se por isso, imputando-se uma autopunição. É a negação ou desconhecimento do princípio que constitui o humano que produz o mal, a distorção, a neurose, a doença.

Para Maslow (1962, p. 31) “o esmagamento da nossa ossatura psicológica, da nossa verdadeira natureza íntima” desencadeia, anos depois, os sintomas neuróticos e psicóticos de várias espécies. A dificuldade em satisfazer as necessidades básicas, de suprir o mínimo para uma vida digna, são também sintomas que indicam esse “esmagamento” da verdadeira natureza íntima. Por princípio de natureza o ser humano é impulsionado ao crescimento, à evolução, à autorrealização e, a cada novo problema, a cada obstáculo, esse mesmo princípio dá a via de saída, de superação. É como um rio que escorre continuamente para encontrar o mar, e sabe intrinsecamente, momento a momento, como superar e contornar cada obstáculo, até alcançar seu objetivo. Conforme Maslow (2003, p. 284), “o crescimento é uma sequência de procedimentos que conduzem a pessoa para a satisfação de suas necessidades básicas e para o alcance final da autorrealização”. Quando a pessoa encontra dificuldades, aparentemente intransponíveis, significa que não colhe mais ou, por decisão voluntária, não segue as indicações, os impulsos provindos do seu íntimo e, por isso, fica estagnada.

Maslow explica que o processo de autoconstrução, de autodesenvolvimento sofre a interferência de dois conjuntos de força, que todo ser humano possui dentro de si: um conjunto que se apega à necessidade de segurança, com medo de se desenvolver, tendendo à regressão; e outro conjunto de forças que impele para a totalidade e a singularidade do Eu. Como dito acima, a evolução é um princípio de natureza, portanto, o apego à necessidade de segurança e conseqüente regressão é uma distorção, um desvio desse princípio. Essa distorção ocorre devido ao processo de assimilação das regras sociais, de adaptação ao meio social no qual o indivíduo está inserido.

Os seres humanos não são preparados a compreender esse princípio de natureza, por isso, quando educam seus filhos, também não sabem ensiná-los a ouvir e compreender sua natureza íntima. Sabem apenas ensinar a como se adaptar melhor à sociedade em que vivem, e o fazem na tentativa de educá-los da melhor forma possível. Rogers (1982, p. 307) refere que através do processo educacional tende-se a “formar indivíduos conformistas, estereotipados, cuja educação é ‘completa’, em vez de pensadores livremente criativos e originais”. A ausência de criatividade e a tendência ao conformismo se verificam nas diversas vivências da vida cotidiana, como exemplifica o autor: “na roupa que vestimos, na comida que comemos, nos livros que lemos, nas ideias que exprimimos, há uma forte tendência para o conformismo,

para o estereotipado. [...] Para a maior parte dos indivíduos, a vida fica desprovida de qualquer esforço original ou criador (ROGERS, 1982, p. 308).

O modo de educação não ensina, nem estimula o indivíduo a ser original e criativo, ao contrário, ensina a repetir modelos, torna-o conformista e passivo. Rogers (1982, p. 308) afirma que “um povo passivo e tradicional não pode fazer face às múltiplas questões e problemas”. Da mesma forma que um povo fica impossibilitado a enfrentar os problemas que se apresentam, também a pessoa individual, da qual foi tolhido o ímpeto criativo, encontra-se incapaz de superar as inúmeras dificuldades que a vida em sociedade coloca a cada um. Essa incapacidade, como dito, não é uma deficiência de natureza, mas é decorrente do sufocamento da capacidade criativa que todo ser humano originalmente possui.

Rogers esclarece que o resultado do processo evolutivo são novas construções, são formas originais de produzir algo, seja uma poesia, uma pintura, uma teoria científica, ou a forma como o indivíduo remodela a si mesmo para o enfrentamento das situações cotidianas. O autor descreve que “o conhecimento íntimo da forma como o indivíduo remodela a si mesmo na relação terapêutica, com originalidade e com uma destreza efetiva, provoca uma confiança nas potencialidades criativas de todos os indivíduos” (ROGERS, 1982, p. 309).

Para Rogers (1982, p. 309) o processo criativo é “uma emergência na ação de um novo produto relacional que provém da natureza única do indivíduo, por um lado, e dos materiais, acontecimentos, pessoas ou circunstâncias da sua vida, por outro”. Independentemente das circunstâncias em que a pessoa se encontra, dos acontecimentos que lhe sucederam, a sua verdadeira natureza íntima, profunda e inconsciente, dá a diretiva, única e original para a superação das dificuldades imediatas, dá a capacidade de fazer face à vida e aos seus problemas, conduzindo até a autorrealização.

Quanto à motivação para a criatividade o autor a descreve da seguinte forma:

A causa principal da criatividade parece ser a mesma tendência que descobrimos a um nível profundo como a força curativa da psicoterapia – a *tendência do homem para se realizar, para vir a ser as suas potencialidades*. Com isso quero indicar a tendência diretriz, evidente em toda vida orgânica e humana, de se expandir, de se estender, de se desenvolver e amadurecer – a tendência para exprimir e para pôr em ato todas as capacidades do organismo ou do eu. Esta tendência pode estar profundamente enterrada debaixo das camadas psicológicas defensivas; pode esconder-se por trás de fachadas elaboradas que negam a sua existência; creio, no entanto, baseado na minha experiência, que essa tendência existe em todos os indivíduos e está apenas à espera das condições adequadas para se exprimir e se manifestar. É esta tendência que é a motivação primária da criatividade quando o organismo forma novas relações com o ambiente num esforço para ser mais plenamente ele próprio (ROGERS, 1982, p. 310, grifo do autor).

Entende-se, portanto, que todo o ser humano é capaz de agir de modo criativo na existência, atuando o potencial que o especifica e o distingue de todos os outros, segundo o modo como foi previsto pela natureza.

Meneghetti (2014), por sua vez, ensina que, observando o homem na sua totalidade vê-se que no próprio corpo, na própria constituição e funcionamento orgânico preexiste uma lei, uma ordem, uma intenção. A vida, a natureza predispõe o homem de determinado modo. O funcionamento de cada célula, cada órgão e sistema que compõe o organismo são coordenados por uma lei muito precisa. O organismo possui um princípio ordenador.

A essa impositação formal do corpo o autor denomina natureza. Natureza “significa como o princípio corre por si mesmo, como a coisa corre pelo seu princípio, como o indivíduo corre pela própria forma” (MENEGETTI, 2014, p. 14). O autor faz referência a um princípio que é anterior ao ser humano, mas que, no momento em que se faz existente, o constitui. Prossegue Meneghetti (2014, p. 15): “a natureza já tem na sua base uma lei fundamental à qual o homem não pode se subtrair, porque ele existe na medida em que é fundado e previsto pela própria natureza”. Com isso se entende que o homem possui uma inteligência que precede e estrutura todo o organismo. O homem é feito por uma forma inteligente que regula o corpo e as funções biológicas. Esse mesmo princípio que estrutura o orgânico, essa mesma estrutura de inteligência, está também à disposição do sujeito. É um quântico de inteligência “que a vida deixa ao discernimento, escolha, uso do sujeito. É um campo de pulsões, de impulsos energéticos” (MENEGETTI, 2014, p. 18).

Meneghetti define esse quântico de potencial humanístico e o compreende assim:

Por ‘potencial humanístico’ é preciso entender todos os possíveis modos da cultura, do amor, do sexo, da criatividade e também da doença, isto é, os possíveis e infinitos modos de desenvolvimento do homem, no bem e no mal. ‘Bem’ é tudo que aumenta o núcleo, aumenta o homem; ‘mal’ é tudo o que o detém, o bloqueia e o diminui (MENEGETTI, 2014, p. 18).

Todo homem, antes de qualquer coisa tem a psique. Psique, segundo Meneghetti (1998, p. 7) entendida como “a semente que a inteligência eterna da vida instituiu no profundo ôntico do homem. Além da cultura, da consciência e dos complexos, existe um lugar onde uma eterna criança é capaz de ações gigantes”. Com isso se entende que, por constituição de natureza, o homem tem intrínseca uma força, uma inteligência, um potencial que é capaz de realizar coisas grandiosas.

Portanto, comum a todos os autores supracitados, todos profundos conhecedores do humano, é a constatação de que o ser humano possui um Eu originário, uma vitalidade

criadora, possui potencialidades e talentos inatos, é dotado de um ímpeto criativo. Isto é, tem a capacidade intrínseca de alcançar a autorrealização e realizar grandes feitos, colocando em ato, por decisão voluntária, todo o seu potencial criativo. Possui inata a capacidade de encontrar solução para todas as suas problemáticas e assim satisfazer todas as suas necessidades.

O homem é um ser gregário, constrói e realiza a si mesmo na interação com os outros, na vida em sociedade. Porém esse viver em sociedade implica em superar dificuldades de diversas ordens. As dificuldades, ou problemas, que todos devem enfrentar, não são uma distorção da convivência com os outros. São situações que a natureza, que a própria vida coloca para estimular o ser humano a desenvolver-se, evoluir. Meneghetti expõe que:

A existência é definível como um contínuo propor-se de problemas a resolver. O problema é uma situação dada para se avantajarem. Necessita-se do problema, porque sem ele não se poderia crescer, devir, conhecer-se. O problema é a mola que dá a possibilidade de vencer; não é um obstáculo, porque acabado o problema está acabada a existência, a história, a experiência de ser homem (MENEGHETTI, 2004b, p. 67).

Observando a natureza percebe-se que a vida é evolução contínua. Uma árvore cresce continuamente, não se estanca nunca, até completar o seu ciclo de vida. O ser humano faz parte dessa natureza, por isso responde às mesmas leis, ou seja, deve ser crescimento e evolução contínua. Por isso os problemas colocados pela vida são impulsos para provocá-lo a desenvolver-se.

A vida, quando põe um problema ao indivíduo, o faz de acordo com o seu potencial intrínseco. Ou seja, não coloca um problema maior que a pessoa, um problema que ela seja incapaz de superar, do contrário estaria eliminando a pessoa, e isso representaria eliminar a própria vida. Com isso entende-se que há sempre um modo de superar, com empenho individual, os próprios problemas. O núcleo de inteligência do qual o homem é dotado consente a superação de qualquer problemática, mesmo considerando os limites que o ambiente externo apresenta.

Por conseguinte, em se tratando da pobreza, embora as suas causas sejam econômicas e estruturais, devidas a um modelo social e econômico excludente, a superação dela é antes de tudo um problema individual, ao alcance de cada um. Entende-se por superação da pobreza o posicionamento de Sen (2000, p. 28) no sentido de ter “a possibilidade de levar uma vida boa, em vez de uma vida de miséria e privações”, deter os meios para viver do modo que o indivíduo gostaria. Meneghetti, quando analisa as dificuldades individuais para a superação da

pobreza, explicita que essa dificuldade é decorrente da educação recebida, resultando em certo comodismo, segundo o autor:

Substancialmente, não se desenvolve no sujeito uma reação a se tornar, a se qualificar, a amadurecer, a se aperfeiçoar, portanto, a colher os instrumentos de aprendizagem, de saber, de ofícios no trabalho. Em outras palavras ele não aprendeu a selecionar as oportunidades que podem ajudá-lo a ser autônomo em sentido econômico, e a base da liberdade é a autonomia econômica (MENEGETTI, 2010, p 50).

A aparente incapacidade de suprir as próprias necessidades não é uma dificuldade de natureza. Em geral é uma estratégia, quase sempre inconsciente, de infantilidade. Realizando o jogo do incapaz, a sociedade, o estado, todos se comovem e oferecem ajuda. A “ajuda” que deve ser dada é no sentido de responsabilizar a pessoa quanto à necessidade de empenhar-se para superar por conta própria essa situação. Deve-se, sem dúvida, ensinar como fazer, pois se a pessoa usa estratégias inadequadas é por que não aprendeu a construir-se de outro modo. A sua dificuldade demonstra que não sabe operar adequadamente o potencial de inteligência que possui intrinsecamente e se deve responsabilizá-la a realizar as tarefas que a vida impõe a cada um. Logo, pode-se, e deve-se ajudar uma pessoa que se encontra em dificuldade, mas, concomitantemente estimulá-la ao próprio empenho.

Quando o indivíduo sente-se impotente para dar solução às problemáticas cotidianas significa que perdeu o contato com o seu Eu originário, o qual, como visto, é um núcleo de inteligência e criatividade, que a cada momento apresenta a via de saída. Essa perda de contato se dá por que na infância o sujeito recebeu uma educação que o distanciou da regra de natureza. A criança em vez de ser ensinada a ouvir a própria interioridade, a perceber como sente dentro de si, é ensinada a seguir o que dizem os outros, o que ensinam os adultos. Meneghetti (2004b, p. 34) afirma que “infelizmente nos ensinaram e forçaram desde a infância a viver voltados para fora, ninguém jamais nos encorajou à autoescuta”. Assim, originariamente o homem possui a mediação com a natureza, porém, como esclarece Meneghetti (2004a, p. 31), à medida que a pessoa cresce “organiza-se com os estereótipos sociais; quando escolhe ou externaliza a sua voluntariedade, baseia-se em um conjunto de leis societárias” e não nas suas leis internas.

Toda pessoa é o agente causal de seu futuro, à medida que age de um modo ou de outro, ou quando deixa de agir, determina o seu estado atual, o seu presente e também o seu futuro. O estabelecimento de objetivos, a tomada de decisão quanto às estratégias a serem usadas para o alcance desses objetivos, são condutas que os indivíduos adotam ao longo da vida e dão a possibilidade à pessoa tanto de suprir suas necessidades básicas, quanto de

alcançar a realização plena de si mesma, isto é, alcançar níveis de bem-estar e de satisfação com a própria vida. Mas o que se constata é que muitos indivíduos não tem mais o impulso para a superação dos problemas e para a construção de si mesmo em direção à evolução contínua, conforme previsto pela lógica da natureza. Essa deficiência decorre não por uma incapacidade originária, nem devido a privações socioambientais, mas devido à falta de estímulo desde os primeiros anos da infância. A criança é hipergratificada, pelos adultos, é viciada desde pequena e por isso permanece desprovida da capacidade de luta, de empenho próprio para satisfazer seus pequenos desejos e necessidades.

Outro aspecto a ser destacado é a responsabilidade, o dever do indivíduo de dar resposta às suas necessidades. Vargas argumenta que a responsabilidade existencial do indivíduo é irrenunciável, seja no destino de si mesmo, seja nos destinos da coletividade, e acrescenta:

Embora seja um ser gregário por natureza, o indivíduo é o protagonista de sua existência cabendo a ele, e apenas a ele, a atuação nesse grande espetáculo que é a vida em sociedade. Fazendo-se uma analogia, o indivíduo é o timoneiro desta nau e não pode renunciar a este posto para, assim, deixar à deriva os destinos de sua existência sendo levado pela maré, pelos demais marinheiros ou pelos ventos porquanto um navegar assim levará, com sorte, a um destino não conhecido, não desejado; com azar, a um rochedo (VARGAS, 2016, p 94).

O autor denomina irresponsabilidade existencial o ato de transferir para a coletividade, para as instituições ou para o Estado o papel que é do próprio indivíduo. “Hoje se vê a responsabilização de terceiros por praticamente todas as mazelas do indivíduo o qual se arroga como encarnação apenas das virtudes sendo sempre corrompido ou pela sociedade ou pelas estruturas sociais ou pelas instituições como se de todas elas ele, como indivíduo, estivesse à margem” (VARGAS, 2016, p 94). Essa atitude está relacionada com o modo como os indivíduos estão sendo educados para a vida em sociedade que, segundo Hegel (apud VARGAS) passa por três esferas: a família, a sociedade civil e o Estado. Nesse sistema educacional o indivíduo não está sendo preparado nem para responsabilizar-se por si, nem para a sociedade, por isso, quando adulto, espera da sociedade, e sobretudo do Estado, o que deveria lutar para conquistar por conta própria.

2.3 A DIGNIDADE DO HOMEM

Viver na miséria e na pobreza é uma realidade que ofende, acima de tudo, a dignidade da pessoa. Sobre a dignidade do homem reporta-se o célebre discurso de Pico Della

Mirandola sobre a Dignidade do Homem, no qual, embora num quadro teológico e filosófico cristão (a referência é sempre a ideia da criação), se colocam as bases para a ideia de homem como patrão do próprio destino e como livre criador da própria dignidade. A dignidade do homem não é mais ontologicamente constitutiva do homem enquanto criado por Deus (portanto de cada homem), mas é uma conquista, é fruto da criatividade do homem.

A fim de alcançar a láurea mais cobiçada pelos intelectuais da época, Pico Della Mirandola escreve um elenco de teses que versam sobre todos os temas do conhecimento humano. O discurso A Dignidade do Homem foi preparado para fazer a introdução e a defesa das teses diante da corte papal, por isso o uso do discurso pomposo e das alegorias bíblicas. A obra A Dignidade do Homem, escrita em 1486, tinha por finalidade primária valorizar o homem e contribuir para trazer a dimensão antropológica ao campo das ciências, transpondo o centro do interesse do pensamento filosófico, do tema da religião e do ser supremo, para a figura do homem; é dado ao homem o lugar de destaque. Conforme consta na introdução da obra, escrita por Luiz Francine (PICO DELLA MIRANDOLA, 1985, p. 13), o trabalho de Pico Della Mirandola “é o primeiro livro que trata, explicitamente, da dignidade do homem. Tema que inaugurava um movimento de ideias voltadas para a identidade do homem”.

No discurso sobre a dignidade do homem Pico Della Mirandola (1985) faz alusão a excelência da natureza humana, afirmando que o homem é o mensageiro da criação, o interprete da natureza inteira pela agudeza dos sentidos, pela indagação da mente e pela luz do intelecto. Pico destaca características como a atividade intelectual e a capacidade de interpretar a realidade como próprias e exclusivas da natureza humana. No entanto, para o autor, não são essas as características que fazem do homem um “portentoso milagre”. O milagre do homem reside no fato de ele ser seu próprio artífice, ser seu autoconstrutor. Descreve o autor que Deus, ao completar a criação do Universo:

Ao término do seu labor, desejava o Artífice que existisse alguém capaz de compreender o sentido de tão grande obra, que amasse a sua beleza e contemplasse a sua grandiosidade. Por conseguinte, ao fim e ao cabo de toda a obra, pensou, por derradeiro, no homem. [...]

Decretou o ótimo Artífice que àquele ao qual nada de próprio pudera dar, tivesse como privativo tudo quanto fora partilhado por cada um dos demais. Tomou então o homem, essa obra de tipo indefinido e, tendo-o colocado no centro do universo, falou-lhe nestes termos: ‘A ti, ó Adão, não te temos dado nem uma sede determinada, nem um aspecto peculiar, nem um múnus singular precisamente para que o lugar, a imagem e as tarefas que reclamas para ti, tudo isso tenhas e realizes, mas pelo mérito de tua vontade e livre consentimento. As outras criaturas já foram prefixadas em sua constituição pelas leis por nós estatuídas. Tu, porém, não está coarctado por amarra nenhuma. Antes, pela decisão do arbítrio, em cujas mãos depositei, hás de predeterminar a tua compleição pessoal. Eu te coloquei no centro do mundo, a fim de poderes inspecionar, daí, de todos os lados, da maneira mais cômoda, tudo que existe. Não te fizemos nem celeste nem terreno, mortal ou

imortal, de modo que assim, tu por ti mesmo, qual modelador e escultor da própria imagem segundo tua preferência e, por conseguinte, para tua glória, possa retratar a forma que gostarias de ostentar. Poderás descer ao nível dos seres baixos e embrutecidos; poderás, ao invés, por livre escolha da tua alma, subir aos patamares superiores, que são divinos' (PICO DELLA MIRANDOLA, 1985, p. 39-40).

Ao homem foi dada a liberdade, a possibilidade de ser o que quiser, o que escolher ser. Foram lançadas todas as sementes, possibilitando uma variedade de estilos de vida. Dependendo de quais sementes cada um cultiva elas crescem e produzem determinados frutos. O homem tem uma natureza muito versátil, podendo se autotransformar, segundo o modo como forja a si mesmo. Aristóteles (1991) também distingue diversas formas de conduzir a própria vida: a vida dos prazeres, a vida política e a vida contemplativa, e o entendimento de cada um sobre o que é a felicidade, considerada o fim último da existência. A grande maioria das pessoas aprecia a vida dos gozos, e identifica a felicidade com o prazer, preferindo uma vida grosseira. A vida política é aquela das pessoas de refinamento e índole ativa, que identificam a felicidade com a honra, com a virtude ou outros atributos. Há ainda a vida dedicada ao ganho, ao acúmulo de riqueza, que certamente não é o supremo bem, pois a riqueza é útil, mas é buscada tendo em vista outras coisas, que poderão ser obtidas por meio dela. A vida contemplativa é a mais elevada de todas, é a que torna o homem uno com o Ser.

O homem nasce com a possibilidade de ser o que deseja ser. Possui um projeto existencial aberto, não é algo fixo e acabado, por isso tem a oportunidade de construir a si mesmo, segundo as escolhas e empenho que faz ao longo da existência. Pode se deixar conduzir pela ambição de superar a mediocridade e aspirar por coisas mais sublimes, empenhando esforços para consegui-las, pois se realmente quiser haverá de concretizá-las. Para realizar plenamente o seu projeto existencial e assim desfrutar a dignidade e a glória Pico Della Mirandola ensina que o homem deve se espelhar no gênero de vida apregoado pelos sagrados oráculos. Uma vida pautada pelo fogo da caridade, pelo esplendor da inteligência e pela firmeza do julgamento.

O homem é um ser inacabado, por isso se faz ao longo da vida. Fazer-se de modo perfectível é o fim existencial. O homem tem consciência de si mesmo e da sua possibilidade de operar, tem também a liberdade para operar de acordo com suas escolhas. É o homem, portanto, que cria sua história a partir de si e para si. O homem tem a capacidade e a possibilidade de modificar a si mesmo, fazendo-se agente do seu destino.

Para Pico Della Mirandola, o que há de único, específico e estupendo no homem é a prerrogativa de autocriar-se livremente, como explica Feracine na introdução à obra,

O homem é o único ser que livremente pode ser mais do que já é por natureza. [...] Deus coloca o homem no centro do universo sem lhe conferir ou reservar um lugar definido, sem lhe dar um aspecto peculiar, sem lhe atribuir algum ofício privativo. Infunde nele, as potencialidades mais diversas e possíveis para que, pelo exercício da própria determinação, opte pelo feitio de personalidade que lhe apraz possuir e assumo o desempenho da missão existencial que melhor se adapta às suas virtuosidades. É assim que o homem se torna artífice do seu ser, fazendo-se protagonista da própria história. Terá o porte físico, moral, intelectual, profissional de acordo com a escolha determinada pelo poder de sua vontade livre e soberana. Aí está a razão última de sua grandeza como também aí está o risco desta peculiaríssima dimensão antropológica porque, tal como ele se fizer no tempo, prolongar-se à pela eternidade adentro. (FERACINE apud PICO DELLA MIRANDOLA, 1985, p. 24).

O que confere dignidade ao homem é a consciência de si, a consciência de ser inacabado e a liberdade de autoconstruir-se segundo as próprias escolhas. A liberdade é um princípio de ação, é o poder de opção. É uma propriedade sublime do ser humano, “uma potencialidade operativa cuja essência consiste na autodeterminação. O homem é livre, pois tem o poder de determinar-se, de agir por si mesmo” (FERACINE apud PICO DELLA MIRANDOLA, 1985, p. 28). Para Massáu (2013, p. 9) a dignidade humana não reside apenas na liberdade, mas “na liberdade combinada com a elevação do espírito ao bem. Assim, quando o ser humano opta pelo mal, ele não perde a dignidade, pois ainda permanece capaz de converter sua ação para o bem”.

De acordo com Lacerda (2010, p. 21) a originalidade do pensamento de Pico Della Mirandola está em conceber “o homem não apenas como animal racional capaz de escolher, mas o ser que está fadado a escolher. Ao homem foi dada a capacidade de, por seus atos livres, tornar-se o que deve ser”. O homem, através da razão, tem a capacidade de conhecer a si mesmo e conhecer a natureza, conhecer o mundo, e é capaz de atos de criação, de transformação de si e do mundo onde vive. Lacerda (2010, p. 22) prossegue “a liberdade é o dom que o homem recebeu. Sua dignidade está em saber usá-lo bem, transformando o mundo e a si mesmo em direção ao melhor”. A marca do homem está nessa natureza mutável no sentido de transformar-se em qualquer coisa entre o bruto e o divino, nessa capacidade de autodeterminar-se para o bem ou para o mal.

2.4 O HUMANISMO

Humanismo é o conceito filosófico no qual o homem ocupa o ponto central. É um movimento que recupera, enobrece e exalta o homem. Qualquer ser humano, qualquer que seja sua cultura e a sua história, é humano. De acordo com Petry e outros (2011), o

humanismo pode ser especificado em três momentos históricos distintos, porém fundamentados nos mesmos princípios: o humanismo clássico, o humanismo histórico e o humanismo perene.

2.4.1 Humanismo Clássico

O humanismo clássico nasce das ideias produzidas pelos filósofos da Grécia e Roma antigas e estende-se por toda a idade média. Sócrates é considerado o primeiro humanista, embora naquela época essa palavra ainda não era conhecida. Ele baseava suas ideias nos problemas humanos e procurava elucidar qual o modo de vida ideal para o homem. Sócrates constata que o homem tem uma consciência racional e possui em si mesmo uma ordem intrínseca apriorica.

Depois de Sócrates, o dramaturgo e poeta romano Publio Terêncio Afro cuja frase “sou homem e nada do que é humano me é estranho”, é um dos fundamentos do pensamento humanista clássico. Enquanto humanos somos todos muito semelhantes e o que acontece a um ser humano interfere em todos os outros, pois todos estão irmanados pelo simples fato de pertencerem à espécie humana.

O estoicismo, movimento filosófico grego que influenciou a cultura romana, trouxe importantes contribuições para o humanismo. Os estóicos sustentam que os princípios do justo e do injusto podem ser encontrados observando as leis da natureza. Com a observação das leis naturais pode-se encontrar a justiça, são, portanto, favoráveis ao direito natural. Uma vez que o homem participa da inteligência da natureza deve existir um direito que seja universalmente válido. Para conhecer a natureza e suas leis, para confrontar e mensurar o homem faz uso da sua racionalidade. Os estóicos uniram a filosofia grega e a romana, e foram os primeiros a formular o conceito de humanismo. Entre muitos ideais, Cícero, um estóico, formulou a célebre frase humanista: “para a humanidade, a humanidade é sagrada”.

Outro humanista clássico é Pelágio, este sustentava que o homem é dotado da capacidade humana de agir corretamente, o homem é capaz da própria realização. A tendência humana para o bem é uma espécie de intervenção divina, o que dá ao homem a possibilidade do sobrenatural.

O humanismo clássico concentra-se nos seres humanos. Considera a razão humana a base de toda a percepção e conhecimento, concebe a existência de uma ordem universal cuja lei natural é intrínseca ao homem e se aplica a todos os seres humanos. Segundo Petry et al (2011, p. 39), os principais valores do humanismo clássico são:

A filantropia (amor pelo *antropos*), a autonomia (a capacidade de responder bem às próprias necessidades), o ócio e o negócio (o momento de regeneração da mente e a atividade pública). “Ócio”, nos tempos romanos, era entendido como tempo livre usado com a máxima inteligência, ao passo que “negócio” eram as atividades sociais e comerciais do indivíduo com os outros, com o público.

A filantropia teve sua origem na antiga civilização grega e consolidou-se sob o conceito que tinham da amizade do homem para com outro homem, assim entendida como vínculo natural, visto que nenhum homem poderia ser alheio a outro homem. A palavra autonomia se origina do grego *autonomos*, e significa aquele que é capaz de governar sua própria vida a partir de seus próprios meios, valores, vontades ou princípios. Ócio é entendido como a atividade mental de reflexão, ocupação mental em oposição à atividade física, fazer nenhuma atividade física para fazer atividade mental ou reflexiva. Ócio é o tempo necessário para cultivar o pensamento, para exercitar a virtude, para a alegria da convivência com os amigos e para a contemplação desinteressada da natureza. Os gregos antigos entendiam que sem o *otium* não há a construção do homem político e filosófico, portanto, o cuidado da parte mais nobre da natureza humana. Negócio implicava, para os gregos e romanos, uma atividade pública, o empenho nas atividades da vida pública no interior de uma cidade.

2.4.2 Humanismo Histórico

O humanismo histórico é o período compreendido entre os séculos XIV e XVI, que floresceu sobretudo na Itália e culminou com o Renascimento. Depois da queda de Roma a península itálica se constitui de inúmeras localidades com histórias, cultura e costumes diversos, cada uma com suas especificidades. Eram povos distintos, situados nesse território denominado Itália. Aos poucos esses pequenos povoados, ou burgos, começam a crescer e se desenvolver, o comércio e o artesanato constituem as duas atividades com maior preponderância para a origem e o desenvolvimento da cidade, os burgos e as comunas.

Cada comuna era autônoma e independente das demais e defendia a própria identidade, as próprias leis, os próprios costumes. As comunas restituíram o valor da *res pública* romana, entenderam a importância do bem comum, por isso se chamavam *comunas*. O bem comum que devia ser gerenciado, respeitado e valorizado por todos. Com o aumento populacional das cidades ocorreu o aumento da especialização do sistema produtivo, diversificação das profissões, aumento da qualidade dos produtos e incremento da atividade comercial. Todo o trabalho era artesanal, retorna o *homo faber*, o homem que sabe fazer com

excelência, com as suas próprias mãos e inteligência. Os artesãos se multiplicavam por toda parte e organizavam-se em corporações, as corporações de artes e ofícios, uma espécie de sindicato, que estabelecia as regras para o exercício de cada ofício ou arte. Cada corporação de ofício tinha os seus representantes políticos que participavam ativamente de toda a vida política, social, literária, artística da comuna.

A comuna, com seu sistema de gestão independente, constitui uma democracia realmente autônoma. Essa democracia era feita em nome do homem, da pessoa, do conjunto de indivíduos livres, participantes da gestão e da economia da cidade. Essa articulação, no entanto, não é um evento espontâneo, é um fato racional. Havia expoentes intelectuais que pensavam e escreviam essa cultura. O humanismo nasce como racionalidade política do cidadão que participa ativamente da centralidade do poder do governo local. Com esse movimento ocorre o grande desenvolvimento das artes, da literatura, da ciência, destacando valores ligados à vida, à riqueza, ao poder, à busca do belo, atenuando-se sempre mais o caráter religioso da cultura.

A vida terrena não era mais vista somente como um momento de passagem para a vida eterna, mas como possibilidade do homem realizar a própria personalidade, e as reflexões filosóficas se concentram sobre o significado e o valor da existência do homem terreno. Exalta-se a dignidade do homem, o valor da vida terrena, da atividade humana que domina a natureza, do empenho civil. Enquanto a cultura precedente ao humanismo se baseava sobre *sacrae litterae*, ou seja, os grandes textos sagrado do Cristianismo (a Bíblia, os Evangelhos, as Cartas dos Apóstolos), o humanismo se funda sobre a *humanae litterae*, isto é, tudo que a humanidade havia escrito sobre o homem. É a análise e o estudo dos textos do passado que representam a cultura humana, a recuperação de valores antigos, precedentes à cultura cristã. O homem volta ao centro, mas sem abandonar a ideia de Deus. O humanismo nesse momento histórico não pretendia cancelar o valor do que é sacro, queria trazer vigor e centralidade a tudo o que o homem faz por si mesmo, para si e para a sociedade.

Os principais valores do humanismo histórico, de acordo com Meneghetti (2010), são a vida ativa, a civilidade, a liberdade e a dignidade do homem. Vida ativa significa que é importante quem opera ativamente, quem age, constrói, não apenas quem pensa, protesta ou sonha. Tem realmente valor quem faz, quem sabe resolver os problemas, quem sabe propor alternativas para as inúmeras necessidades que a sociedade tem. “O homem torna-se grande pelas suas realizações, por aquilo que faz, não por aquilo que pensa, pode criar continuamente novas realidades (também a si mesmo), portanto é um ‘segundo criador’” (MENEGHETTI, 2010, p. 60).

Como explica Meneghetti, a civilidade é o indivíduo junto com os outros. O ser humano é um ser social, por isso sua existência deve ser sempre fazer evolução na interação com os outros, todos empenhados em construir a própria dignidade, com os direitos e deveres conexos ao cidadão. A liberdade é uma oferta da natureza, o homem tem a liberdade operativa, tem a liberdade de transformar a si e a sociedade. A dignidade do homem é o valor que fundamenta a si e aos outros. É o dever de respeito, sacralidade, transcendência, superioridade que cada homem tem diante de outro homem.

2.4.3 Humanismo Perene

Por humanismo perene entende-se aquelas premissas, aqueles códigos que existem desde sempre nas culturas de todos os povos e de todos os tempos, e destacam as características positivas da natureza humana. Conforme Petry et al (2011, p. 47), “é aquele traço comum a diversas culturas em que a identidade do homem, como projetado pelo universo da vida, é valorizada, dignificada e favorecida em seu desenvolvimento individual e social”. São os princípios encontrados em todos os escritos da humanidade, que revelam valores válidos ainda hoje. Além dos pontos fundamentais do humanismo já destacados anteriormente, em relação ao humanismo perene, segundo Meneghetti (2015), podem ser acrescentados outros cinco pontos, encontrados em três personagens do período medieval: São Bento de Núrsia, São Francisco de Assis e São Domingos Gusmão.

São Bento de Núrsia redigiu a célebre Regra da Ordem de São Bento, na qual apresenta as normas de como deve ser a organização do monastério a fim de propiciar equilíbrio, sabedoria e serenidade interior. O grande princípio transmitido por São Bento está sintetizado na expressão “*ora et labora*”, orar não no sentido de oração, mas como uma forma de meditação e de vigilância em relação às próprias ações e ao ambiente externo. O orar deve ser entendido como a reflexão sobre o trabalho, sobre as ações realizadas a cada dia. Labora é o sentido do trabalhar, construir, operar. Ter uma vida ativa e produtiva, trabalhar, agir e refletir, avaliando continuamente as próprias ações, para que possam ser aprimoradas. O que leva ao significado da vida de perfeição, fazer bem feito, com zelo, atenção e o máximo de capricho tudo aquilo que o indivíduo se propõe fazer.

Conforme descreve Martins (2012) o espaço dos mosteiros beneditinos reflete uma visão de mundo e um sistema de valores que organiza tudo, de modo a garantir a máxima funcionalidade dos espaços e também na distribuição de tarefas e afazeres diários, tendo em vista o bem-estar e o desenvolvimento da espiritualidade. Segundo Martins (2012, p. 65) “o

mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar, pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens, mas também de Deus”. Os monges beneditinos transmitem aos pobres e incultos toda a arte greco-romana do bem viver, do comer e beber ao vestir, do cuidar-se ao fazer riqueza.

A Regra de São Bento, adotada nestes mosteiros,

caracteriza-se essencialmente: pela divisão do dia entre a oração e o trabalho [...] (*ora et labora*); pela obediência ao Abade (*obedientia*); pela estabilidade (*stabilitas*); pela vida de perfeição (*conversatio morum*); pela obrigatoriedade de permanência no mosteiro (*stabilitas loci*); pela elevação da virtude do silêncio (*de taciturnitate*); da humildade (*humilitas*); e da discrição (*discretio*) (MARTINS, 2012, P. 65).

São Francisco de Assis também escreve a sua Regra e funda duas Ordens, os Frades Menores e a Terceira Ordem dos Franciscanos, a Segunda Ordem Franciscana, as Clarissas, é fundada por Santa Clara de Assis e segue a mesma regra. O ensinamento de São Francisco, mais representativo para o humanismo perene, é a saudação que ele costumava usar “*pax et bonum*”, paz e bem. O ser humano deve estar em paz e ter bem-estar, para comunicar a paz e o bem-estar também aos outros. O homem pode experimentar a satisfação, alegria e paz dentro de si e contribuir para a produção de bem, de economia para si e para os demais.

A Ordem fundada por Francisco de Assis era uma Ordem mendicante. Essa Ordem não era fixa e ligada a um território como as ordens monásticas, mas movia-se entre as ruas e praças, construindo uma identidade com o coletivo dos cidadãos. Conforme Silva (2005), o lugar de pregação era a praça, recriando um espaço cívico ao ar livre, lembrando a ágora e o fórum antigos. A praça torna-se um espaço característico da cidade, lugar de encontro entre a cultura erudita e a popular; entre a cultura mercantil, a eclesiástica e a cavalheiresca; era um entrecruzar de aspectos culturais diversos.

Para Francisco de Assis a santidade se manifesta não tanto pelos milagres ou pelas virtudes, mas por conduzir a vida de modo totalmente exemplar, alicerçada na simplicidade, na sinceridade, na compreensão fraternal de todas as criaturas. Francisco teve sempre o cuidado de restabelecer a concórdia, a paz, o amor nas comunidades civis da época. Le Goff (1998) afirma que Francisco sempre buscou devolver a paz à sociedade, era um pacificador, suas pregações visavam extinguir os ódios e reintroduzir a paz. As pregações eram feitas com sensibilidade cortês, com atitude cavalheiresca, cujo código era a cortesia. Francisco ensinava a viver com alegria e considerava a beleza como a mais alta expressão da criação divina.

Quanto ao estudo Francisco o orienta não para a teoria e a doutrina, mas para satisfazer uma necessidade do espírito, voltado para conhecer as coisas práticas e úteis para a

vida cotidiana, como o estudo das virtudes das ervas, das árvores, dos peixes, das raízes e das águas, por exemplo. Outro aspecto importante da doutrina de Francisco para o humanismo pode ser representado pela frase de Luigi Salvatore retomada por Le Goff (1998, p. 277) “o amor de São Francisco por toda a criação representa uma coisa verdadeiramente nova, radicalmente nova. É a sensação da presença divina em todas as coisas, é a percepção precisa, entusiasta da beleza dada ao amor de Deus”.

Os conceitos, seja de São Bento que de São Francisco, são conceitos laicos, sociais, não estão viciados de religiosidade. Todo ser humano, em especial quem ocupa uma posição de liderança no social, que exerce maior influência sobre os demais, deve projetar e investir (*ora et labora*) e construir a paz e o bem-estar (*pax e bonum*) primeiro em si mesmo e depois nos outros, é um fato de humanismo, como menciona Meneghetti (2010).

São Domingos de Gusmão era um frade estudioso de filosofia e teologia, vendo que o Evangelho não era mais professado, decide conduzir uma missão reevangelizadora, fazendo a pregação do Evangelho. Cria a Ordem dos Frades Pregadores, mais conhecidos como Dominicanos. Como intelectual e pregador, São Domingos tem o saber como primado, e deixa a mensagem “*in veritate*”. Significa a preponderância do princípio universal que constitui cada indivíduo e todo o mundo. Elucida Meneghetti (2010, p. 68) que “a verdade deve ser aprendida do íntimo universal que cada homem, enquanto humano, possui por dote de natureza”.

Domingos buscou munir-se de uma sólida bagagem intelectual, e move-se em favor da verdade, tocado pelo triste espetáculo dos estragos feitos pelo erro. Decide assim organizar uma ordem, dando grande importância à formação e preparação dos seus pregadores, através de intensos estudos, pois considerava o estudo um elemento integrante e indispensável na vida do Pregador. Domingos dedica-se à conversão dos hereges ao catolicismo que ocorre, segundo Varazze (apud FALCI, 2007) através de milagres e do exemplo da sua vida, seguindo sempre o trilho do bem. A Ordem Dominicana era uma Ordem religiosa que buscava a perfeição evangélica, mediante a consagração da inteligência, fazendo do estudo sua grande dedicação.

2.5 PROTAGONISMO, AUTONOMIA, EMPODERAMENTO

A política de assistência social, em suas premissas, diretrizes, princípios e objetivos prevê a proteção e *autonomia* do indivíduo e sua família; “entende que a população tem necessidades, mas também tem *possibilidades ou capacidades* que devem e podem ser

desenvolvidas”; assegura que a proteção social tem o “efeito de desenvolver capacidades para *maior autonomia*” (BRASIL, 2005, p. 16, grifo nosso). Nesse mesmo documento ao descrever a assistência social como política pública está explicitado que essa política “configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu *protagonismo*” (idem, p. 31). Logo adiante menciona que “a *conquista da autonomia* na provisão das necessidades básicas é a orientação da segurança da assistência social”.

Quanto aos objetivos o documento esclarece que “a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do *desenvolvimento de potencialidades e aquisições*, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, p. 33). O documento também esclarece que:

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o *protagonismo das famílias e indivíduos* atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial (BRASIL, 2005, p. 34, grifo nosso).

Na descrição dos serviços o documento prevê o desenvolvimento de estratégias de atenção sociofamiliar “no sentido de fortalecer a família para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua *auto-organização e conquista de autonomia*” (idem, p. 37).

Como destacado acima são objetivos da política de assistência social promover o desenvolvimento e ampliação do protagonismo, conquista de maior autonomia, desenvolvimento de capacidades, possibilidades, potencialidades e aquisições, e fortalecimento para a auto-organização. A fim de possibilitar uma análise mais acurada das ações desenvolvidas no CRAS, tendo em vista o alcance desses objetivos, será feita elucidação dos principais conceitos utilizados na descrição dos objetivos.

2.5.1 Protagonismo

Protagonismo deriva do termo grego *protagnistés* que significa o ator principal do teatro grego, ou aquele que ocupa o lugar principal em um acontecimento. Protagonista é a pessoa de destaque, o agente principal de um contexto, aquele que, com suas ações, vai conduzindo o rumo de uma história. Protagonismo é a atitude de se enxergar e agir como o condutor da própria vida, e de responsabilizar-se pelas próprias ações. Tendo em vista as capacidades intrínsecas que todo ser humano possui, ser protagonista significa realizar a

gestão eficiente de si mesmo e de suas relações sociais para a satisfação das necessidades básicas e para o alcance do próprio bem-estar.

Protagonismo, portanto, é o agir humano em primeira pessoa, sem esperar ou depender de outros. É a capacidade e a responsabilidade de escolher, de decidir e agir em conformidade com o desenvolvimento e potencialização das virtudes e qualidades intrínsecas, a fim de alcançar a realização plena. Significa apropriar-se de sua história, assumir as rédeas da própria vida, fazer escolhas e agir.

Por protagonismo se entende o ato do próprio indivíduo de empreender a construção de si mesmo em termos pessoais e sociais, sendo a pessoa “fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade)” (COSTA apud FERRETTI, ZIBAS e TARTUCE, 2004, p.5). A realização de si mesmo é a principal tarefa existencial de cada indivíduo, que deve ser desempenhada em primeira pessoa, sem culpar ou responsabilizar os outros pelos resultados não alcançados. Como proposta resolutiva ao problema do protagonismo Barbieri e Andreola (2012, p. 493) propõem a responsabilização do indivíduo para que ele “assuma, em primeira pessoa, a própria história, dando seu contributo de eficiência a uma sociedade que carece de suas habilidades plenamente desenvolvidas e exercitadas”.

Protagonismo, no entendimento de Vidor (2014, p. 58), é a atitude de “prover por si (pessoa = *per se esse*) o necessário para viver, e um ser humano não pode substituir o outro, sob pena de ofender a dignidade que gradualmente apela pela própria autonomia”. Na construção de uma obra, por exemplo, o protagonista é o agente principal responsável por coordenar aquele projeto e conduzir as inúmeras funções e tarefas para o êxito da obra.

2.5.2 Autonomia

Outro aspecto que é abordado na política nacional de assistência social é a autonomia do indivíduo. Rogers (1982, p. 338) entende por autonomia o “controle interior do indivíduo sobre si próprio nos seus esforços para atingir os objetivos que interiormente escolheu”. O indivíduo autônomo é responsável por si mesmo e opta por objetivos que aspira alcançar. Um indivíduo autônomo age livremente de acordo com um plano próprio, busca a satisfação das próprias necessidades sem estar em dependência de outro. A autonomia compreende a capacidade de prover e escolher. A pessoa autônoma é capaz de tomar decisões por conta própria, é capaz de considerar os aspectos relevantes para decidir o melhor caminho a seguir, e age em conformidade com as escolhas feitas.

O tema autonomia é abordado no trabalho de Testa e outros (2013) onde reporta a definição dada por Pereira (apud TESTA et al, 2013, p. 1526): “autonomia não é só ser livre para agir como bem se entender, mas acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e seus atos”. Prosseguindo, Testa complementa o entendimento de autonomia acrescentando que “a experiência da autonomia estaria associada com o sentimento positivo de ser autor e agente do próprio comportamento, resultando em uma sensação de liberdade” (TESTA et al, 2013, p. 1526).

Guimarães e Boruchovitch (2004) ao abordar a teoria da autodeterminação apontam a autonomia como uma das necessidades psicológicas inatas no ser humano, e a definem como a capacidade de se gerir por si mesmo, de se autogovernar, é a possibilidade de dirigir-se e agir sem controle externo. As autoras entendem que, em nossa vida cotidiana, é impossível agir sem sofrer qualquer tipo de influência externa. Por isso acentuam que o sentido de autonomia se refere ao “fato da pessoa contribuir com as forças que influenciam suas ações, ou seja, se ela permanece de modo passivo diante das demandas externas, ou, ao contrário, as aceita, compreende-as por seu valor e utilidade, percebendo-as como fonte de informações que servem de apoio para as suas iniciativas” (GUIMARÃES e BORUCHOVITCH, 2004, p 146).

Conforme as autoras, para que haja a percepção de autonomia “a situação não deve sufocar o senso de liberdade individual, como também a pessoa precisa se sentir responsável pelo desempenho competente” (GUIMARÃES e BORUCHOVITCH, 2004, p. 146). Destacam ainda que ser autônomo não quer dizer estar desvinculado das outras pessoas, ser individualista, desapegado, mas é a percepção de si mesmo como agente autodeterminado.

2.5.3 Empoderamento

Embora o termo empoderamento não seja apresentado explicitamente no documento que descreve a PNAS, considera-se importante abordá-lo, pois a autonomia e o protagonismo passam também pelo empoderamento da pessoa. No Glossário Social (SCHIAVO, 2005, p. 59) encontramos a definição de empoderamento como:

Processo pelo qual um indivíduo, um grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema. Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação

prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva.

O empoderamento é um processo no qual o sujeito é o construtor de sua realidade e não apenas receptor passivo. Para Freire (apud VALOURA, s.d., p. 2) a “pessoa empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as ações e mudanças que a levam a evoluir e se fortalecer”, implicando em superação e conquista daquele que se empodera. Empoderamento é a emancipação da pessoa que tem permanecido subordinada a uma situação de dependência econômica, física, psicológica, afetiva ou de qualquer outra natureza. Empoderar-se é adquirir consciência do próprio potencial e da capacidade de mudar a si mesmo e a sua vida. Souza, Moreira e Bourguignon (2013, p. 116) no estudo sobre o empoderamento como possibilidade da prática profissional no CRAS, também reportam o entendimento de Freire sobre o termo esclarecendo que este autor usou o sentido original do termo em inglês, *empowerment*, que significa: “a) dar poder a; b) ativar as potencialidades criativas; c) desenvolver a potencialidade criativa do sujeito; d) dinamizar as potencialidades do sujeito”.

De acordo com os princípios de empoderamento das mulheres, da Organização das Nações Unidas (ONU),

Empoderamento significa que as pessoas podem assumir o controle das suas vidas: definir os seus objetivos, adquirir habilidades (ou ver as suas habilidades e conhecimentos reconhecidos), aumentar a autoconfiança, resolver problemas e desenvolver a sua independência. É, simultaneamente, um processo e um resultado (ONU, 2016, p. 21).

Oliveira (2006) também aborda o tema empoderamento e apresenta o entendimento de Sen sobre o assunto. Para Sen (apud Oliveira, 2006, p. 22) o empoderamento é um processo e “são as pessoas que se empoderam a si mesmas, ainda que os agentes externos possam catalisar o processo ou criar um ambiente de apoio”. Oliveira complementa o entendimento de empoderamento como processo e explica que é “o conjunto de relações pelas quais as pessoas, as organizações, as comunidades tomam o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (ROMANO, apud OLIVEIRA, 2006, p. 22). Empoderar, portanto, supõe o conhecimento acerca das próprias capacidades, habilidades e competências e a atitude de realizar, por decisão própria, as ações necessárias, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento pessoal e o próprio bem-estar.

2.6 O QUE É O CRAS?

A Política Nacional de Assistência Social prevê dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Conforme consta no documento da PNAS (BRASIL, 2004, p. 33) a proteção social básica “tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. É direcionada à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, que pode ser decorrente da ausência de renda, precário acesso aos serviços públicos e, ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. A vulnerabilidade de um grupo, família ou indivíduo refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar.

A política prevê a oferta de serviços e a implantação de programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, de acordo com a situação de vulnerabilidade identificada. Esses serviços e programas devem ser articulados com as demais políticas públicas locais, “de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos” (BRASIL, 2004, p. 34).

Os serviços de proteção social básica são executados de forma direta nos Centros de Referência em Assistência Social. O CRAS é uma unidade física, um equipamento estatal, cuja implantação no território nacional teve início em 2002, e atualmente conta com mais de 7.900 CRAS, distribuídos em 5.437 municípios. A significativa expansão do número de CRAS implantados no território nacional ocorreu a partir de 2008, concomitantemente com a expansão do co-financiamento da União para o Programa de Atenção Integral à Família (cuja oferta é atribuição obrigatória e exclusiva do CRAS), que alterou a operação de repasse de recursos da lógica convenial e per-capita, para uma nova sistemática baseada no nível de gestão, com repasses regulares e automáticos e gestão financeira através dos Fundos de Assistência Social.

O centro de referência, segundo Castro (2009, p. 8), “é uma unidade de assistência social responsável por prestar um serviço municipal de atendimento às famílias vulneráveis em função da pobreza e de outros fatores de risco e de exclusão social. [...] É o lugar preferencial para a articulação e coordenação dos serviços de proteção social básica”. É a base física dessa política pública.

A PNAS tem como um de seus princípios a territorialidade, isto é, embora a pobreza e a desigualdade sejam explicadas a partir de concepções sociológicas e econômicas gerais, são fenômenos que apresentam características específicas em cada território e demandam soluções e encaminhamentos particularizados a fim de alcançar os objetivos a que se propõe.

Assim, o CRAS deve adequar-se às exigências locais, definidas a partir do diagnóstico da sua área de abrangência. Ou seja, a estruturação desse equipamento não segue padrões genéricos, mas deve ser adaptado para ofertar o conjunto de serviços socioassistenciais continuados que determinado território exige. Por serviços socioassistenciais “entende-se as atividades continuadas que vise à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 1, p. 14).

Outra característica do CRAS é a sua desvinculação das funções de gestão do SUAS, cuja competência é do órgão gestor da política. O órgão gestor possui o comando único do SUAS em cada município, e o espaço físico deste, de acordo com as diretrizes nacionais, não deve ser compartilhado com o CRAS. Esta orientação possibilitou a delimitação mais clara dos papéis de um e de outro: ao órgão gestor cabe a administração de todo o sistema, a condução da política de assistência social no município; ao CRAS compete a oferta de serviços continuados de proteção social básica.

O CRAS, como o nome já indica, é o local de referência para a população, para dar conta de seu papel, no que se refere ao aspecto logístico, deve ter localização adequada, visibilidade pública e acessibilidade. Deve ainda considerar os aspectos históricos e culturais da população que vive no território, possibilitando a apropriação dessa unidade pelos seus usuários, que o percebem como patrimônio da comunidade (CASTRO, 2009).

Nos municípios de pequeno porte, como são os municípios que compõe o presente estudo, o território compreende toda a área do município, abrangendo tanto as áreas centrais da cidade, com melhor infraestrutura, quanto os bairros com estrutura mais precária, e as zonas rurais mais ou menos povoadas. Por isso a localização desse equipamento, nesses municípios, pode ocorrer em áreas centrais, que é o ponto de convergência de circulação dos usuários, tanto dos bairros, quanto da zona rural.

Em relação à composição física, não é adotada uma regra geral para a sua estruturação. No entanto, os espaços que devem ser disponibilizados aos usuários são: salas de atendimento individual e familiar, sala multiuso para atendimento grupal, recepção, sala de coordenação, copa, instalações sanitárias e almoxarifado. De acordo com a publicação técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços (CASTRO, 2009), os espaços do CRAS seguem os detalhamentos a seguir:

A recepção do CRAS é o espaço de entrada, de trânsito, de espera, de divulgação de informações e de encaminhamento inicial dos usuários, e é também o espaço de acolhida

inicial das famílias. É o primeiro local no CRAS onde os indivíduos ou as famílias relatam os problemas que estão vivenciando, o que exige condições mínimas de privacidade, onde o usuário não seja excessivamente exposto.

As salas de atendimento têm como principal função a realização de entrevistas com as famílias, após o acolhimento na recepção. É o local onde são colhidas informações mais detalhadas da situação familiar e onde são repassadas orientações. É o espaço que deve preservar maior nível de sigilo, de modo que o usuário sinta-se seguro e resguardado para manifestar suas particularidades.

A sala multiuso é o espaço para realização de atividades de convivência, oficinas, atividades lúdicas e culturais para diferentes faixas etárias, direcionadas aos diversos membros da família: crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência. Por acolher maior número de pessoas, deve proporcionar maior autonomia de acesso. As atividades realizadas nesse local geram níveis de ruído mais elevado e grande movimentação de pessoas, por isso é recomendado que seja localizada em setor diferenciado do das salas de atendimento individual.

A sala de coordenação supõe não apenas a acomodação do coordenador do CRAS, mas é uma sala que deve abarcar as diversas funções da equipe técnica, as tarefas de administração geral e de pessoas, as atividades de coordenação técnica, de produção e gerenciamento de informações, de monitoramento das atividades e avaliação de resultados e de articulação com outras entidades socioassistenciais e de outras políticas públicas.

O caderno de orientações técnicas do CRAS (ORIENTAÇÕES, 2009) traz uma série de diretrizes e informações para auxiliar os municípios nas tarefas de planejamento, implantação, funcionamento e aprimoramento do centro de referência. Conforme consta nas orientações técnicas esse centro se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, possibilitando o acesso das famílias e indivíduos à rede de proteção social de assistência social. É referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica no seu território de abrangência, os quais têm caráter preventivo, protetivo e proativo, e podem ser ofertados no próprio CRAS ou em outras unidades, mas devem, obrigatoriamente, estar referenciados ao CRAS.

Embora alguns serviços referentes à proteção social básica possam ser ofertados em outras unidades públicas ou privadas, o CRAS possui duas funções obrigatórias e exclusivas: a gestão territorial da rede de serviços socioassistenciais e a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral da Família (PAIF). Além dessas funções, “outros serviços podem ser

implementados no CRAS, desde que haja espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos compatíveis” (ORIENTAÇÕES, 2009, p. 19).

Nas Orientações (2009, p. 19) consta que “a função de gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa”. Para o cumprimento dessa função é necessário o conhecimento adequado do território³, a organização e articulação das diversas unidades da rede de serviços e o gerenciamento do acolhimento, inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários do SUAS.

A articulação da rede socioassistencial possibilita a compreensão do funcionamento, das dinâmicas e do papel desempenhado por cada unidade prestadora de serviço. Supõe o estabelecimento de alianças e fluxos de informações e encaminhamentos. A articulação intersetorial é a interação entre os diversos setores e saberes para responder de forma integrada a um objetivo comum. A partir do vínculo entre os parceiros, respeitando as diversidades e particularidades de cada setor, são construídas formas de trabalhar conjuntamente na busca de soluções para problemas comuns.

A busca ativa diz respeito à procura intencional das famílias do território, identificando as situações de vulnerabilidade e risco social, bem como as potencialidades, recursos culturais, econômicos e sociais existentes no local. Nas Orientações (2009, p. 30) está descrito que “a busca ativa tem por foco os potenciais usuários do SUAS cuja demanda não é espontânea ou encaminhada por outras instâncias”, tendo por princípio a inclusão dos “invisíveis”.

O CRAS tem por função, além da gestão territorial, ofertar, de forma exclusiva e obrigatória o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Esse serviço é uma ação continuada da assistência social e deve ser a principal referência para os usuários do SUAS. Encontra-se na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p. 6) a seguinte definição:

O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

³ Um aspecto a ser considerado ao conhecer o território é o seu multiculturalismo. Entende-se por multiculturalismo a convivência pacífica de várias culturas em um mesmo espaço territorial. Os hábitos e costumes de um grupo compõem a sua cultura, o respeito à diversidade cultural é a base do multiculturalismo. Para maiores referências sobre o tema pode ser consultado SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

O trabalho social, conforme explicitado nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012, v. 1, p. 13), é o conjunto de procedimentos adotados pelos profissionais, com base em conhecimentos teórico-metodológicos, “que buscam auxiliar na convivência das famílias, a fim de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho de sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário de maneira preventiva, protetiva e proativa”. Para garantir a proteção integral, o trabalho social tem como meio “apoiar e fortalecer as famílias como protagonistas, garantindo que estas tenham apoio para cumprir as responsabilidades legais de cuidado e proteção dos seus membros” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 1, p. 26). A família, no âmbito da política de assistência social, é entendida como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, ou seja, supõe uma heterogeneidade de arranjos e não apenas a concepção tradicional.

A especificidade do trabalho social desenvolvido com as famílias se dá a partir do olhar técnico sobre o território. Com base na compreensão das peculiaridades e características do território, da leitura crítica da situação vivenciada e da escuta qualificada, os profissionais delinearão o trabalho social com as famílias. Portanto, a concepção de trabalho social com famílias, no âmbito do SUAS, compreende um “conjunto de procedimentos implementados por profissionais, a partir de pressupostos éticos, conhecimentos teórico-metodológico e técnico-operativo, com finalidades a serem alcançadas” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 1, p. 12). Assim, não se constitui de procedimentos instintivos, personalistas e inspirados no senso comum.

O PAIF é o principal serviço da Proteção Social Básica do SUAS, e o trabalho social com as famílias usuárias desse serviço se concretiza por meio de ações planejadas e avaliadas com a participação das próprias famílias. Conforme descrito nas Orientações Técnicas (2012, v. 2), as ações a serem executadas por este serviço são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Essas ações devem ser planejadas de modo a materializar os objetivos do serviço, que são:

- 1) Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria da qualidade de vida nos territórios;
- 2) Promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades;
- 3) Promover acessos à rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistenciais;
- 4) Promover acessos aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos;
- 5) Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 15).

Tendo em vista que as ações devem ser planejadas a partir de conhecimentos teórico-metodológicos, a responsabilidade pela sua execução é dos profissionais de nível superior que compõem a equipe técnica dos CRAS. A acolhida se caracteriza pelo contato inicial do indivíduo ou famílias com o PAIF. “Consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pela família, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede socioassistencial, e demais políticas setoriais” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 17). Na acolhida é estabelecido o vínculo entre a família e o CRAS, busca-se compreender a realidade familiar e estabelecer a continuidade do atendimento.

As oficinas com famílias “consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 23). As oficinas propiciam a reflexão crítica das situações vividas no território, possibilitando o entendimento de que os problemas vivenciados por uma família são comuns às demais buscando-se alternativas conjuntas para o seu enfrentamento.

As ações comunitárias “são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território, [...] mobilizam um maior número de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 37). Essas ações têm como escopo “promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 37).

As ações particularizadas são aquelas realizadas de modo individualizado com uma única família ou apenas um membro dela. Às vezes a família não se sente à vontade para expor sua situação de modo coletivo, como em uma oficina, nesses casos os técnicos realizam o atendimento particularizado, porém, incentivando a “participação nas oficinas com famílias, ressaltando as possíveis aquisições e vantagens que decorrem dessas oficinas” (ORIENTAÇÕES, 2012b, p. 42). A opção recomendada preferencialmente é pelo atendimento grupal.

Os encaminhamentos “são os processos de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços, benefícios socioassistenciais ou de outros setores” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 44). O encaminhamento supõe contatos anteriores e posteriores com a instituição para a qual é feito o encaminhamento, garantindo a sua

efetivação e o retorno de informações sobre a inclusão da família. Para que os encaminhamentos sejam efetivos é necessário estabelecer um fluxo ou protocolo que garanta o atendimento das famílias pelos serviços aos quais foram encaminhadas.

As ações descritas acima referem-se à modalidades de atendimentos que devem se executados pelo PAIF. Além dos atendimentos, o trabalho social com famílias prevê outro procedimento que é o acompanhamento familiar.

O acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõe a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar, com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 54).

Nessa modalidade de atendimento programa-se, juntamente com a família, um conjunto de intervenções a serem desenvolvidas de forma continuada, estabelecendo-se compromissos entre a família e os profissionais, por meio da construção de um plano de acompanhamento, no qual são estabelecidos objetivos a serem alcançados, possibilitando à família a oportunidade de refletir sobre a sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações.

Outro serviço de grande relevância na proteção social básica é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que pode ou não ser ofertado no CRAS, mas, se ofertado em outro espaço, esse serviço deve necessariamente estar referenciado ao CRAS. O SCFV é realizado em grupos e se organiza a partir de percursos de acordo com o ciclo de vida dos usuários. Tem por objetivo garantir aquisições progressivas aos seus usuários, complementando o trabalho social com famílias e prevenindo a ocorrência de situações de risco social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p. 9), é uma “forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território”.

Buscou-se descrever acima, sem ser excessivamente exaustivo, as características do CRAS e as atividades que são desenvolvidas nessa unidade pública que compõe o SUAS, a fim de propiciar uma visão ampla da unidade pública objeto de análise do presente estudo.

3 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Quanto à forma de abordagem do problema a presente pesquisa é de cunho qualitativo, pois se entende que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, cuja apreensão não se dá através de números ou quantificações.

Uma das características da pesquisa qualitativa é a preocupação com o significado que as pessoas dão as coisas, aspecto que teve centralidade durante o processo investigatório, buscando-se compreender o significado das ações desenvolvidas. O ambiente natural foi fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador o instrumento-chave. Do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa descritiva, pois visa, a partir do conhecimento mais profundo da realidade, realizar a descrição desta.

No que se refere ao delineamento optou-se pela realização de estudo de caso que, por se tratar de um estudo que abrangeu simultaneamente três Centros de Referência em Assistência Social a melhor caracterização da modalidade de pesquisa é o estudo de casos múltiplos. Segundo André (2013), o estudo de caso é um modo de investigar fenômenos no contexto natural em que ocorrem, possibilitado ao pesquisador o contato direto e prolongado com os fatos e eventos que se propõe a estudar, oportunizando “captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagem, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam” (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Corroborando esta caracterização Alves-Mazzoti (2006, p. 650) descreve que o “estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado”. Para Triviños (1987, p.133) o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”, uma modalidade em que se considera o objeto em sua complexidade e em sua evolução.

Para a seleção dos CRAS a serem pesquisados elaborou-se uma planilha⁴ contendo dados como número de habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e indicador de desenvolvimento (ID) do CRAS⁵. A fim de nortear a escolha atribuiu-se maior importância à dimensão recursos humanos, associada à dimensão atividades realizadas, uma

⁴ A planilha encontra-se nos apêndices da presente dissertação (Apêndice A).

⁵ Indicador utilizado pelo MDSA para avaliar a performance dos CRAS no território nacional. O ID mede as atividades realizadas, a estrutura física, o funcionamento e os recursos humanos.

vez que o maior número de profissionais e atividades ofertadas possibilita maior diversidade de análise e observações. Para identificação dos CRAS no presente trabalho e garantia de sigilo denominamos aleatoriamente CRAS 1, CRAS 2 e CRAS 3.

Com relação aos procedimentos éticos, uma vez que a presente pesquisa envolve seres humanos, dedicou-se o máximo zelo em seguir todas as recomendações éticas para este tipo de investigação, em especial as recomendações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Tendo-se ciência que a intervenção do pesquisador causa impacto nas pessoas com as quais ou sobre as quais se investiga, os cuidados dispensados procuraram evitar constrangimentos nos participantes da pesquisa. Primeiramente solicitou-se autorização, aos titulares das pastas, para a realização da pesquisa junto ao CRAS, informando os objetivos da pesquisa e obtendo-se a “Declaração de ciência e concordância”, a fim de garantir o acesso à unidade e obter apoio para a realização da pesquisa. Depois de obtida a concordância dos titulares o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - campus Cerro Largo, instituição à qual o Curso de Mestrado está vinculado, tendo sido emitido parecer aprovando a sua realização no dia 19 de março de 2017.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética estabeleceu-se contato com o Coordenador do CRAS a fim de agendar as visitas à unidade, cada CRAS foi visitado duas vezes. O primeiro procedimento foi o conhecimento do espaço físico do CRAS, conduzido pela coordenadora, que explicava as atividades desenvolvidas e os profissionais que atuam em cada espaço. As informações fornecidas foram sendo anotadas, já durante a visita, e complementadas com mais detalhes em momento posterior. Este procedimento é conhecido em pesquisa como diário de campo, que consiste em um instrumento de anotações onde são registradas as observações, fatos, acontecimentos, impressões e vivências do investigador durante o processo de coleta de informações.

O estudo proposto visa compreender os significados da atuação dos profissionais dos CRAS, a contribuição desta atuação para o alcance dos objetivos previstos pela PNAS e para o desenvolvimento do potencial intrínseco em cada indivíduo. Para responder as questões da pesquisa utilizou-se o relato dos profissionais e suas reflexões sobre sua atuação, a observação de atividades grupais realizadas no CRAS e a análise documental. Ou seja, para a coleta de dados lançou-se mão da triangulação de técnicas, a fim de garantir maior confiabilidade, aprofundamento e diversificação das informações. A variedade de fontes de dados, segundo André (2013, p. 95) permite “contemplar as múltiplas dimensões do fenômeno investigado”, possibilitando o aprofundamento do estudo e evitando interpretações unilaterais.

A coleta dos dados dos relatos profissionais foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, também conhecida como entrevista por pautas. Para Gil (2010), a entrevista é uma forma de diálogo, no qual o entrevistador-pesquisador busca obter dados provenientes de uma fonte de informação que é o entrevistado. A entrevista possibilita a compreensão dos fenômenos em maior profundidade, pois permite o fornecimento de informações ricas, diversificadas e contextualizadas. A forma de estruturação da entrevista, conforme a classificação de Gil, foi por pautas, apresentando-se ao entrevistado os pontos sobre os quais ele pode discorrer livremente. A entrevista por pautas e não rigidamente estruturada, permite o esclarecimento sobre pontos pouco claros e a abordagem de aspectos não previstos inicialmente, que no decorrer da entrevista mostram-se relevantes para o estudo. Os sujeitos entrevistados foram os técnicos de nível superior, que constituem a equipe de referência do CRAS. A escolha destes profissionais para a realização das entrevistas se deu devido à importância do papel que desempenham na execução da política de assistência social. Conforme consta no caderno de orientações técnicas do CRAS (ORIENTAÇÕES, 2009, p. 62) “os trabalhadores constituem a principal tecnologia da política de assistência social. Assim, é por meio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários do CRAS”.

Previamente à realização das entrevistas apresentou-se aos profissionais o “Termo de consentimento livre e esclarecido”, obtendo-se a concordância do profissional em participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no CRAS de atuação de cada profissional, em horário previamente agendado, em salas de atendimentos que garantiram sigilo e privacidade. Antes de iniciar a entrevista apresentou-se o objetivo da pesquisa e os critérios para inclusão do CRAS na amostra, em seguida apresentou-se o procedimento a ser adotado para a coleta das informações, destacando a importância da gravação em áudio da entrevista, sendo que nenhum dos profissionais se opôs à gravação. Os entrevistados também foram informados sobre a remessa de relatório contendo os resultados da pesquisa, que será emitido após a sua conclusão. As entrevistas ocorreram no período de março a maio de 2017.

Participaram da pesquisa sete profissionais de nível superior, sendo quatro assistentes sociais e três psicólogos que compõe as equipes técnicas dos CRAS previamente selecionados, os quais serão identificados como Sujeito 1, Sujeito 2 e assim sucessivamente, a fim de preservar a sua identificação. Realizou-se uma entrevista com cada um dos profissionais, as quais foram conduzidas pela própria pesquisadora, gravadas em áudio e transcritas na íntegra pela própria pesquisadora.

Os principais pontos norteadores das entrevistas foram: descrição das atividades desenvolvidas no CRAS e os objetivos que espera alcançar; embasamento teórico-metodológico que norteia a atuação; percepção sobre os usuários do SUAS e quais as principais vulnerabilidades vivenciadas por eles; as principais temáticas trabalhadas nas atividades grupais e orientações individualizadas; o entendimento sobre protagonismo, autonomia e desenvolvimento de habilidades e capacidades e como esses aspectos são trabalhados no dia a dia. O clima das entrevistas foi muito agradável, os profissionais demonstraram interesse em relatar suas atividades e manifestaram sua satisfação em poder participar da pesquisa, relatando que a própria entrevista provocou uma reflexão sobre a prática profissional.

A fim de complementar os dados das entrevistas procedeu-se a observação da realização de atividades grupais. A utilização da técnica da observação simples, descrita por Gil (2010), se justifica uma vez que permite a verificação direta dos fatos, da realidade, sem qualquer intermediação. Conforme descreve Gil (2010, p. 102) “a observação simples é muito útil quando é dirigida ao conhecimento dos fatos ou situações que tenham certo caráter público, ou que pelo menos não se situam estreitamente no âmbito das condutas privadas”. Esta técnica foi usada para a análise das atividades grupais realizadas no CRAS, tais como grupos de orientação e grupos de convivência.

Os grupos, conforme Pichon-Riviére (apud SIQUEIRA, 2008), são um conjunto limitado de pessoas, que se propõe a uma tarefa comum, se reúnem em um espaço restrito por um tempo determinado, e interagem entre si. Conforme descrito no caderno de orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (ORIENTAÇÕES, v. 2, 2012, p. 23) a respeito das oficinas com famílias, estas “consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes”. Os grupos são espaços para trocas, para o exercício da escuta e da fala, “têm o intuito de suscitar reflexões sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, [...] contribuindo para o alcance de aquisições, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos e o protagonismo” [...] (ORIENTAÇÕES, v. 2, 2012, p. 24). Nessas atividades grupais também se processam as intencionalidades dos condutores dos grupos, seja conscientes ou inconscientes, expressas através dos seus discursos e atitudes, os quais produzem efeitos sobre os participantes, sendo sua observação importante para o presente estudo.

Para a realização da observação simples acompanhou-se um encontro do grupo de orientação psicossocial com mulheres do CRAS 2, e um encontro do grupo de convivência de idosos do CRAS 3. No CRAS 1 não se fez observação de atividade grupal, pois no momento da pesquisa os grupos recém estavam sendo estruturados, não havendo grupos em andamento. O grupo de mulheres contou com 15 participantes, e no grupo de convivência de idosos havia 26 pessoas presentes. A observação foi acertada previamente com o coordenador do CRAS e realizada no local onde os grupos se reúnem habitualmente, pois o objetivo foi justamente verificar como as atividades ocorrem cotidianamente, sem alterações em decorrência da pesquisa. Explicou-se aos participantes o motivo de nossa presença, que a participação seria apenas como observador a fim de coletar dados para a pesquisa. O procedimento de observação implicou na escuta e olhar atento dos discursos do profissional condutor do grupo e dos demais participantes, e realização de anotações no diário de campo.

O foco principal da observação foi a condução e as orientações do profissional responsável pelo grupo, a fim de verificar quais aspectos são enfatizados nas atividades que coordena. Porém como a atuação profissional ocorre no grupo, todos os usuários que participam da atividade grupal foram envolvidos na observação.

A fim de complementar as informações usou-se pesquisa documental, por meio da análise dos registros das atividades grupais, atas de reuniões, recortes de notícias etc., pois são capazes de fornecer informações armazenadas, que complementam os dados obtidos por meio das entrevistas e observações. No CRAS 1 realizou-se pesquisa nas fichas de registro das atividades, onde consta a atividade desenvolvida em cada encontro, o profissional responsável, os temas abordados, o objetivo da atividade e uma breve avaliação da mesma. Este CRAS possui registro de todos os encontros realizados com cada um dos grupos em andamento. No CRAS 2 realizou-se análise de recortes de notícias de jornal e de atas de reuniões, a fim de obter informações sobre os temas abordados nas atividades grupais. O CRAS 3 possui poucos registros escritos das atividades, assim as informações foram obtidas por meio do relato dos profissionais.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CRAS

O CRAS é a unidade básica do SUAS, responsável pela execução da Proteção Social Básica. A PNAS recomenda que o CRAS deva localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social, no entanto, por se tratar de municípios de pequeno porte o CRAS pode localizar-se em áreas centrais, que são as áreas de maior convergência da

população e apresentam maior facilidade de acesso tanto para os moradores das áreas periféricas, quanto para os moradores da zona rural. Assim, todos os CRAS pesquisados localizam-se em áreas centrais da cidade.

Apresenta-se a seguir uma caracterização de cada um dos CRAS pesquisados, contemplando a descrição do espaço físico, da equipe de trabalho e das atividades desenvolvidas. Informações obtidas em conversa com a coordenadora do CRAS procurando elucidar com precisão como está composta a equipe de trabalho, quais as atividades desenvolvidas, quantos usuários frequentam cada atividade, quais atividades tem maior importância e quais temáticas são priorizadas nas orientações aos usuários. Durante as visitas ao CRAS, também foi possível manter breve contato com alguns membros da equipe, conhecer a dinâmica de funcionamento do CRAS, e verificar a conformidade com o que está proposto nas Orientações técnicas (2009).

a) Caracterização do CRAS 1:

O CRAS 1 está instalado em prédio próprio, construído especificamente para a implantação deste serviço. Quando projetado buscou contemplar todos os espaços e características recomendados nas orientações técnicas, assim, está dotado de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida; banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais; e sinalização tátil no piso, para deficientes visuais. Quanto aos espaços internos, possui sala de recepção e espera, sala de atendimento individualizado, sala para atividades grupais para até 15 pessoas e salas para atividades com grupos maiores; possui ainda copa e almoxarifado. Os espaços possuem aspecto agradável, boa iluminação, ventilação e climatização. Quanto aos móveis, alguns foram adquiridos recentemente e de acordo com as necessidades atuais do serviço, outros são móveis antigos ainda em condições de uso. Na percepção dos profissionais do CRAS, alguns móveis estão obsoletos e deveriam ser substituídos e há falta de alguns itens, necessários para o desempenho adequado das atividades. Nesse espaço são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), é realizada a articulação da rede socioassistencial e a articulação intersetorial, situação que está de acordo com as recomendações técnicas da política nacional.

A equipe de trabalho permanente é composta por uma assistente social e uma psicóloga. Em meados de março, quando se realizou a primeira visita havia apenas estes profissionais no CRAS. Na segunda visita, realizada quinze dias após, além desses profissionais, havia uma pedagoga, uma orientadora social, um educador físico e instrutora de

artesanato, que são profissionais cedidos do órgão gestor, ou de outros setores, para atuar junto ao CRAS. Segundo as profissionais entrevistadas, usualmente a equipe é formada por todos esses profissionais, mas nos meses iniciais do corrente ano, devido a troca de governo, os profissionais cedidos voltaram aos seus setores de origem e só retornaram ao CRAS no final do mês de março.

Esse é um dos pontos críticos apontados pela política nacional, que na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) (BRASIL, 2004) determina que a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos, lotados permanentemente na unidade. Dessa forma evita-se a rotatividade de profissionais garantindo “a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS” (ORIENTAÇÕES, 2009, p. 61). A permanência da equipe também potencializa o processo de formação e qualificação dos profissionais, contribuindo para o maior comprometimento desses no alcance dos objetivos propostos pela política, além de fortalecer o vínculo com os usuários e com a comunidade.

Quanto aos serviços e atividades, o CRAS oferta o Serviço PAIF e o SCFV. Referente ao PAIF há um grupo de mulheres, que reúnem-se quinzenalmente, com as quais são desenvolvidas atividades de artesanato e orientações psicossociais. É ofertado o acompanhamento familiar, serviço que demanda a realização de visitas domiciliares, atendimentos individualizados, elaboração de planos de atendimento e de relatórios de acompanhamento. São realizadas ainda escutas individuais; intermediação em situações de acolhimento de idosos, crianças e adolescentes; execução de medidas socioeducativas em meio aberto; e orientações psicossociais nos grupos de convivência esclarecendo e orientando principalmente sobre os direitos socioassistenciais.

Referente ao SCFV o CRAS possui grupo de crianças de 0 a 6 anos, com o qual realiza atividades de artesanato e orientação psicossocial com as mães e atividades grupais com as crianças, conduzidas por uma pedagoga. Possui grupo de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, que reúnem-se três vezes por semana, e com o qual são desenvolvidas atividades de artesanato, informática, esportes, lazer e viagens. Tem ainda o grupo de adolescentes de 15 a 17 anos, cujos encontros ocorrem uma vez por semana. Para esse grupo, além das atividades de artesanato, informática e esportes, são proporcionadas palestras e orientações psicossociais. Há ainda o serviço de convivência de idosas que conta com quatro grupos, três no próprio CRAS e um no interior, com os quais são feitas oficinas de artesanato, orientações psicossociais, palestras, encontros de confraternização reunindo todos os grupos e viagens de lazer.

As profissionais de nível superior também acompanham e orientam os monitores de oficinas; atendem as demandas do Poder Judiciário, realizando estudos psicossociais, avaliações e relatórios; realizam a articulação com a rede socioassistencial e intersetorial; atendem demandas da gestão para concessão de benefícios eventuais, auxílio moradia, concessão de suprimento alimentar e outros; e efetuam o acompanhamento e fiscalização do abrigo para crianças e adolescentes. As demandas referentes à proteção social especial, tais como negligência e maus tratos de crianças, adolescentes ou idosos, violência contra mulher e o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto também são atendidas pelas profissionais de nível superior do CRAS. Atividades referentes ao preenchimento de dados nos sistemas informatizados do MDSA, como a atualização dos dados do município e do Conselho Municipal de Assistência Social, o preenchimento do sistema de acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, o relatório mensal de atendimentos do CRAS, a confirmação da participação dos usuários no serviço de convivência, a elaboração do plano de ação e do demonstrativo físico-financeiro do SUAS, são exemplos de atividades burocráticas executadas pelas profissionais deste CRAS.

b) Caracterização do CRAS 2:

Este CRAS não possui sede própria, está instalado junto com o órgão gestor e também com o Centro Especializado em Assistência Social (CREAS). Anteriormente o prédio abrigava uma escola e foi adaptado para a instalação dos órgãos da assistência social. O espaço possui uma sala destinada à recepção e espera, salas para atendimento individualizado, sala do gestor municipal do SUAS, sala do assessor, sala para os entrevistadores do Cadastro Único, sala para grupos, sala administrativa do órgão gestor, salas do serviço de convivência, almoxarifado, padaria comunitária, espaço para distribuição de roupas usadas denominado lojinha do carinho, lavanderia e banheiros.

Conforme previsto na Resolução nº 06/2008 (BRASIL, 2008) da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) não é admitido o compartilhamento de espaço físico do CRAS com estruturas administrativas, tais como secretarias municipais de assistência social ou outras, como é o caso deste município, estando, portanto, em desacordo com a normativa. Conforme as Orientações Técnicas (2009, p. 48) “o espaço físico é o reflexo de uma concepção”, [...] e “constitui fator determinante para o reconhecimento do CRAS como local onde os direitos socioassistenciais são assegurados”. A Assistência Social, como se viu, muitas vezes ainda é vista como uma prática assistencialista e tuteladora. A implantação do CRAS, enquanto unidade básica do SUAS, em local desvinculado do órgão gestor, visa

justamente romper com essa visão e assegurar o caráter de política pública, direito do cidadão e voltada ao trabalho social continuado. A não disponibilização de um local para o funcionamento do CRAS, desvinculado do órgão gestor do SUAS, é um fator que compromete a construção dessa identidade do CRAS como espaço de referência para a população.

Quanto a acessibilidade o CRAS possui rampas de acesso ao andar térreo. O acesso ao 2º piso, onde há salas para atendimento grupal do SCFV e sala de atendimento individual, é feito pela escada, não havendo, portanto, condições de acessibilidade para cadeirantes. O prédio também não possui banheiro adaptado para pessoas com deficiência.

Neste município não é possível diferenciar a equipe do CRAS, CREAS e órgão gestor, já que todos trabalham no mesmo prédio e exercem suas funções sem fazer diferenciação quanto ao nível de proteção no qual estão atuando, se refere-se à proteção básica, proteção especial ou à gestão. A equipe permanente local é composta por uma recepcionista, assessora da secretária municipal, quatro auxiliares administrativos, contador, auxiliar de serviços gerais, motorista, instrutora de oficinas, dois padeiros, duas orientadoras sociais, dois assistentes sociais e duas psicólogas. Até o final do último ano havia outros profissionais com contratos temporários. Com a troca de governo os contratos foram rescindidos. No momento da pesquisa a atual administração ainda estava em fase de estudo, estava ciente da necessidade de ampliação da equipe, mas ainda não havia tomado nenhuma decisão. Repete-se neste município a realidade já encontrada no CRAS 1, uma parte da equipe não possui vínculo permanente, com a nova administração os profissionais foram desligados, comprometendo a oferta dos serviços e a continuidade das ações.

Os profissionais de nível superior são responsáveis por toda a demanda do SUAS, independente do nível de proteção, ou se são atribuições da gestão. Assim, um assistente social é responsável pelo plantão social, concessão de benefícios eventuais, cadastramento dos usuários, atendimento de demandas do Ministério Público, Juizado e Conselho Tutelar, realização de estudos sociais para atendimento de demandas habitacionais, orientação e encaminhamento para acesso aos direitos socioassistenciais, atendimento de denúncias referentes a maus tratos e negligência a crianças, adolescentes e idosos. Parte dessas demandas se refere ao CRAS, outra parte, como as demandas do Judiciário, é específica do órgão gestor. Uma psicóloga atende exclusivamente as demandas do Lar Provisório e atendimentos individualizados encaminhados pelo Conselho Tutelar e pelos demais profissionais, atividades específicas da proteção social especial, por isso não foi entrevistada. A outra psicóloga divide seu tempo atendendo as demandas do CRAS e do CREAS, ou seja, é

responsável pela proteção social básica e pela proteção social especial, além de atender demandas do Poder Judiciário, cuja competência é do órgão gestor. A segunda assistente social, além de responder tecnicamente pelo CRAS e pelo CREAS, acumula a função de coordenadora do CRAS, executa atividades específicas do órgão gestor, como a participação em conselhos municipais e a função de secretária executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, atende demandas do Poder Judiciário e acompanha o abrigo de crianças no Lar Provisório. As atividades referentes ao preenchimento de dados nos sistemas informatizados do MDSA, como o relatório mensal de atendimentos do CRAS, confirmação da participação dos usuários do serviço de convivência, elaboração do plano de ação e demonstrativo físico-financeiro do SUAS, também estão sob o encargo desta assistente social.

Pela descrição das atividades percebe-se quanto o compartilhamento do espaço dificulta na constituição da identidade do CRAS, pois nem mesmo os profissionais conseguem dedicar-se com exclusividade à proteção social básica e garantir o funcionamento desta unidade de acordo com as orientações técnicas da PNAS.

Quanto aos serviços ofertados, embora todos os serviços sejam ofertados no mesmo espaço, os profissionais identificam como serviços do CRAS a articulação com a rede de serviços, a articulação intersetorial e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Ao PAIF corresponde a acolhida das famílias, a realização de oficinas, a realização de ações comunitárias, os encaminhamentos, e os atendimentos individualizados. Quanto aos trabalhos grupais, os profissionais mantêm uma oficina com mulheres, com cerca de 15 participantes, e periodicidade quinzenal. Nos encontros são enfatizados os momentos de reflexão e debate sobre as problemáticas vivenciadas pelas participantes. Nas orientações técnicas (2012, v. 2, p. 42) recomenda-se que as ações desenvolvidas pelo PAIF sejam preferencialmente grupais e que, nos atendimentos particularizados, os técnicos “incentivem a participação nas oficinas, ressaltando as possíveis aquisições e vantagens que decorrem destas oficinas”. Atualmente, referente as atividades grupais, essa oficina de mulheres é a única atividade em grupo realizada no CRAS, percebendo-se uma ênfase maior nos atendimentos individualizados, contrastando com as recomendações técnicas da política nacional.

O serviço de convivência para crianças também é ofertado neste espaço e está vinculado ao CRAS, no entanto, não havia nenhum grupo em andamento quando foi realizada a entrevista com os profissionais, embora tenha espaço e profissionais disponíveis para a sua execução. Os profissionais explicam que as escolas estão ofertando atividades em turno integral e por isso a demanda do serviço de convivência para crianças diminuiu. O serviço de convivência para adolescentes de 15 a 17 anos tentou ser implantado, mas não obtiveram a

adesão dos adolescentes. Ainda que os profissionais reconheçam que há carência de oferta de atividades para esse público e que os adolescentes passam muito tempo ociosos, sem ter atividades produtivas para ocupar seu tempo livre, o trabalho desenvolvido no CRAS não atraiu o interesse dos adolescentes.

Quanto ao serviço de convivência de idosos, esse está vinculado ao CRAS, mas é ofertado em outro espaço, uma vez que o CRAS não possui local adequado para acomodar todos os idosos. Esse tipo de arranjo está previsto nas orientações técnicas. Referente a este serviço as profissionais realizam encontros mensais denominados “Conversando com o Idoso”, quando abordam assuntos diversificados, em geral por meio de palestras, e após é realizado almoço de confraternização e convivialidade.

c) Caracterização do CRAS 3:

O CRAS está instalado em prédio cedido pelo Estado onde, anteriormente, funcionava um posto de saúde. Possui rampas de acesso e portas largas, possibilitando o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. O prédio está equipado com uma sala para recepção e espera, onde há também uma mini brinquedoteca, para entretenimento das crianças, enquanto os pais estão em espera ou em atendimento; duas salas para atendimento individual, uma destinada à assistente social coordenadora do CRAS e outra para a psicóloga; uma sala para entrevistas do Cadastro Único, que é compartilhada com educadora física e com a assistente social que foi contratada recentemente; uma copa; dois banheiros, um para os funcionários e outro para o público (embora um banheiro seja bem grande e seja destinado também a pessoas com deficiência, não possui as adaptações recomendadas); uma sala de reuniões com capacidade para 10 pessoas; e uma área para circulação que acomoda arquivos de cadastros dos usuários. O prédio é bem conservado, bem iluminado, possui boa ventilação, os móveis estão em bom estado e são adequados para oferecer boas condições de trabalho para a equipe e boas condições de atendimento para os usuários. Os espaços atendem as recomendações constantes nas orientações técnicas do CRAS (2009).

Além desse prédio o município disponibiliza, para uso quase que exclusivo do CRAS o Pavilhão Comunitário, prédio construído com recursos federais e municipais. Esse prédio contém um salão multiuso, com capacidade para mais de 100 pessoas, sala para atendimento em grupos (com capacidade para 15 pessoas), almoxarifado, copa e banheiros. Nesse espaço são desenvolvidas todas as atividades grupais sob a coordenação do CRAS. Além desses espaços o CRAS utiliza uma sala no subsolo da Prefeitura para a realização de cursos permanentes de corte e costura e bordado.

O município não possui secretaria específica de assistência social, está estruturado como Secretaria de Saúde e Assistência Social. O CRAS está vinculado a esta secretaria e executa todas as funções relativas à política de Assistência Social, não havendo diferenciação entre órgão gestor da política e CRAS. A principal dificuldade dessa situação é a sobrecarga de atividades dos profissionais, que não conseguem dedicar-se com exclusividade à proteção social básica, como se faz necessário para que se obtenham resultados mais amplos e efetivos.

A equipe da assistência social é composta por duas assistentes sociais, uma delas contratada recentemente (por isso não foi entrevistada), uma psicóloga, uma entrevistadora do cadastro único, uma educadora física, uma recepcionista, duas orientadoras sociais, cinco instrutoras de artesanato, um instrutor de capoeira, uma servente, uma copeira e um motorista. A maioria dos profissionais é efetiva e atua permanentemente na assistência social, o que garante a continuidade das ações e um bom vínculo com os usuários.

Com relação às atividades, o CRAS desenvolve as ações referentes ao PAIF que compreendem: atendimentos individuais realizados pelos técnicos de nível superior; encontros mensais com famílias; curso de corte e costura ofertado o ano inteiro; cursos profissionalizantes realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); grupo com mulheres denominado “Cuca Legal”, para pessoas com transtorno mental, realizado em parceria com o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS); grupo de gestantes, realizado em parceria com o Programa Primeira Infância Melhor (PIM); encaminhamentos para a rede socioassistencial e acompanhamento da evolução dos mesmos; cadastramento no Cadastro Único e gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; e atendimento das demandas do Poder Judiciário.

O CRAS oferta um serviço chamado Centro Dia, direcionado para idosos em situação de isolamento. Um veículo busca os idosos em seu domicílio e conduz até o centro, onde os idosos tomam café da manhã, desenvolvem atividades como artesanato, rodas de conversa, jogo de baralho etc. Também é realizado acompanhamento por profissional da saúde, ofertado almoço e, no início da tarde, os idosos são conduzidos novamente para suas casas. Os encontros são semanais e são atendidos cerca de 40 idosos.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também está vinculado ao CRAS, o município possui 17 grupos de idosos, no interior e na cidade. Os grupos do interior reúnem-se quinzenalmente, e os grupos da cidade semanalmente. Desenvolvem-se oficinas de artesanato e orientações psicossociais conduzidas pelos técnicos de nível superior. É ofertado também o SCFV para crianças e adolescentes, os encontros ocorrem três vezes por semana e são desenvolvidas atividades de artesanato, recreativas, reforço escolar, capoeira, atividades

físicas etc. As técnicas de nível superior fazem a abertura e o encerramento anual do serviço, acompanham e orientam as orientadoras sociais e as oficinairas e atendem as demandas individuais das crianças e adolescentes quando apresentam alguma situação que demanda atenção.

3.2 LEVANTAMENTO E AGRUPAMENTO DOS DADOS

Na primeira etapa do estudo realizou-se a pesquisa bibliográfica, quando se discorreu sobre a assistência social, elucidou-se o entendimento sobre protagonismo, autonomia e empoderamento, e abordou-se a compreensão do ser humano dotado de potencialidades intrínsecas, capacidades e aptidões que devem ser desenvolvidas a fim de que alcance a autorrealização. Com base na pesquisa bibliográfica delineou-se uma concepção da assistência social como uma política pública que deve assegurar o desenvolvimento das capacidades pessoais a fim de que o indivíduo possa suprir suas necessidades e promover por conta própria seu bem-estar; deve promover a autonomia, isto é, a capacidade da pessoa gerir a si mesmo a partir dos próprios meios; e suscitar o protagonismo, entendido como a atitude de assumir as rédeas da própria vida, fazer escolhas e agir, responsabilizando-se pelos resultados obtidos.

Na sequência realizaram-se as visitas aos centros de referência, para a concretização das entrevistas com os profissionais de nível superior, a análise dos documentos e observação dos grupos. Para responder as questões da pesquisa buscou-se o relato dos próprios profissionais e suas reflexões sobre o seu fazer, o seu entendimento sobre os conceitos centrais da pesquisa e sua percepção sobre a contribuição para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e protagonistas de sua história.

O processo de análise, compreensão e interpretação dos dados do presente estudo foi baseado na análise de conteúdo das entrevistas, das observações dos grupos e dos documentos pesquisados. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1979, apud OLIVEIRA et al, 2003), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que buscam obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos. Oliveira et al (2003, p. 3) esclarecem que “a abordagem de análise de conteúdo tem por finalidade, a partir de um conjunto de técnicas, explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem”. No processo de análise deve-se considerar a totalidade do discurso, identificando-se frequências ou ausências de itens e realizando-se a identificação das unidades

de análise segundo aquilo que se espera encontrar. A atenção volta-se não simplesmente para a descrição dos conteúdos, “mas em como os dados poderão contribuir para a construção do conhecimento após serem tratados (OLIVEIRA et al, 2003, p. 4).

Segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) a análise de conteúdo se desenvolve em três etapas: a pré-análise, quando se faz uma leitura flutuante para familiarizar-se com todo o conteúdo; a exploração, que consiste na busca de unidades de sentido, que são expressões ou palavras significativas que levarão à organização do conteúdo; e a etapa da classificação e agregação, ocasião em que se fazem inferências e interpretações.

As entrevistas com os profissionais de nível superior foram gravadas e transcritas na íntegra, gerando um texto. O primeiro momento do processo de análise se deu durante a própria transcrição, pois possibilitou o primeiro contato e a familiarização com os conteúdos. Em seguida realizou-se o que Bardin (1988, apud FOSSATI, 2009) denomina “leitura flutuante”, levando a apropriação mais aprofundada do texto e buscando fazer um primeiro reconhecimento das unidades de análise.

A segunda etapa consistiu na leitura atenta do texto produzido a partir das transcrições e a identificação das unidades de registro, resultando na sua classificação e verificação da conexão existente entre elas. Nessa etapa começou-se a visualizar com maior nitidez as principais linhas de atuação dos profissionais, o enfoque do seu trabalho, o entendimento sobre os conceitos norteadores da pesquisa e a sua percepção sobre o alcance do próprio trabalho.

Em seguida passou-se à etapa de classificação e agregação das unidades de registro. Usou-se como critério para a identificação das unidades de registro o tema. Segundo Bardin (1988, p. 105) a análise temática “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Realizou-se um recorte de sentido dos textos das entrevistas, tendo como guia as teorias que embasam o estudo.

A partir do conteúdo das entrevistas realizadas com os profissionais de nível superior formulou-se um texto do qual foram extraídas as unidades de registro referentes aos temas protagonismo, autonomia e emancipação, que são apresentados no quadro 1. No quadro 2 lista-se todas as atividades mencionadas pelos entrevistados, realizadas cotidianamente. No quadro 3 apresenta-se o entendimento sobre o propósito das ações realizadas, quais objetivos ou resultados os profissionais esperam alcançar com as atividades que desenvolvem e com os serviços ofertados no CRAS. No quadro 4 apresenta-se todos os conteúdos que foram trabalhados nas atividades grupais, estas informações foram extraídas dos registros escritos

dos encontros, da observação dos grupos e das conversas com os coordenadores do CRAS e outros profissionais durante a visita aos CRAS.

Quadro 1: Entendimento dos profissionais sobre os conceitos de autonomia, protagonismo, emancipação e empoderamento.

TEMAS:
PROTAGONISMO
<ul style="list-style-type: none"> • É possível trabalhar o protagonismo, mas como fazer isso é um desafio; • Como uma pessoa que não consegue nem pegar um ônibus, que tem que ir a pé fazer as coisas, vai ser protagonista; • Protagonismo é a capacidade de buscar os seus próprios direitos, falando num nível bem básico; • Como alguém vai ser protagonista se não tem nem o básico. Então o protagonismo vai ser em função dela mesma, não em função da coletividade; • Nós trabalhamos mais com mulheres, então quando falo em protagonismo é que elas possam assumir as suas próprias vidas, no sentido de construir uma forma de alcançar a autonomia; • Protagonismo feminino, a mulher participar da renda familiar, ainda que só um pouco, mas também ela participar do sustento da casa; • A submissão da mulher, de depender, precisar do dinheiro do marido, através das oficinas elas tem alguma renda, é mínima, mas protagonismo é elas terem alguma renda (hoje eu já consigo comprar um batom, um esmalte, sem pedir para o meu marido), é conseguir suprir as próprias necessidades;
AUTONOMIA
<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia é buscar a profissionalização; • Autonomia, independência - buscar as coisas por conta própria; • Proporcionar algo para que ingressem no mercado de trabalho; • Inserir no mercado de trabalho é o caminho para a autonomia; • Um momento em que a pessoa se dê conta de gerir a própria vida e de sua família; • Autonomia: escolher o que quer e o que não quer para si. Quando se fala em mulheres em situação de violência ela tem que saber que tem essa possibilidade de escolha; • A autonomia para esse nosso povo é o mais básico, a autonomia o protagonismo de buscar os seus próprios direitos, mas eles não se mobilizam para fazer um protesto para a manutenção de algum programa; • Pensar no trabalho, numa forma de sobrevivência, de renda, se organizar também subjetivamente; • Não é só independência financeira, mas independência emocional, psicológica, também; • Ter autonomia e não vir mais pedir alimentos; • As mulheres do grupo não vêm mais pedir, conseguimos trabalhar isso com elas, conseguimos ter essa emancipação, esse empoderamento, essa autonomia;
EMANCIPAÇÃO / EMPODERAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de habilidades é fazer com que se emancipem;

- Espaço para refletir em quem sou eu, qual o meu lugar no social, qual meu papel na comunidade;
- Emancipação é não depender mais daquela cesta básica;
- Conseguiram sair da situação de vítimas da violência;
- Uma mulher empoderada, foi vítima de violência por mais de 10 anos e conseguiu superar essa situação;
- Emancipar é se libertar do Bolsa Família, conseguir gerar uma renda, sair do comodismo;
- Emancipar é dar conta da própria subsistência, ter um trabalho, ter uma renda;
- Emancipação é as pessoas correrem atrás e buscarem o melhor, mais renda, isso traz mais dignidade;
- Empoderamento eu entendo muito relacionado com a autoestima, o conceito que você tem de si mesmo, se valorizar, de melhorar, de acreditar em si mesmo, de perceber as tuas qualidades, as coisas positivas que tem, de tentar explorar isso;
- A mulher não ser submissa ao marido;
- Se realizar a partir das qualidades que todo mundo tem;

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Quadro 2: Atividades desenvolvidas pelos profissionais.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de mulheres: rodas de conversa, orientações psicossociais, oficinas de artesanato, questões sobre relacionamento familiar; • Grupos do PAIF; • Grupo de convivência para crianças de 0 a 6 anos: atividades na brinquedoteca conduzidas pela pedagoga; • Grupo de convivência de 7 a 14 anos: esporte, atividades recreativas, comemoração de datas cívicas, artesanato, informática; • Grupo de convivência de 15 a 17 anos: artesanato, atividades físicas, orientações psicossociais, palestras, atividades recreativas; • Grupo de convivência de idosos: artesanato, viagens, orientações psicossociais, palestras, almoço de confraternização e convivência, atividades de entretenimento, atividades informativas; • Acompanhamento familiar; • Atendimento de crianças e adolescentes encaminhados pelo serviço de convivência; • Estudos e pareceres sociais; • Estudos e pareceres psicológicos; • Relatórios, registros nos prontuários dos usuários, cadastramento de famílias; • Elaboração de plano de ação, prestação de contas, atividades burocráticas, ofícios, memorandos, minutas de contrato, compras; • Alimentação dos sistemas informatizados do MDSA: CadSUAS, BPC na escola, SISC, SISPETI, SISCON, SUASWeb, Censo SUAS; • Secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social; • Apoio ao conselho tutelar; • Resposta às demandas do Poder Judiciário; • Coordenação do CRAS; • Avaliação socioeconômica para concessão de benefícios eventuais; • Oficinas de artesanato e oficinas de culinária;

- Acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto;
- Grupo de capoeira para crianças e adolescentes;
- Cursos profissionalizantes em parceria com o SENAR;
- Atendimentos do plantão social;
- Acolhida das famílias;
- Acompanhamento e intermediação de acolhimento de crianças e idosos;
- Visitas domiciliares;
- Escutas individuais;
- Acompanhamento e orientação dos orientadores sociais, oficineiros e profissionais de nível médio;
- Fiscalização de instituições de acolhimento;
- Encaminhamentos para a rede sociassistencial e outras políticas públicas e acompanhamento do andamento do processo;
- Concessão de auxílio para reforma de moradia;
- Encaminhamento de passe-livre e BPC;
- Acompanhamento de casos de negligência, maus-tratos, abuso, violência;
- Perícias para o Poder Judiciário;
- Campanhas e atividades na comunidade alusivas a datas comemorativas;
- Palestras;

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Quadro 3: Relato dos profissionais sobre o propósito e resultados esperados com o trabalho realizado no CRAS.

PROPÓSITO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS
<ul style="list-style-type: none"> • As atividades são voltadas para a convivência e fortalecimento de vínculos; • O artesanato não tem cunho de geração de renda, é ofertado para atrair o usuário; • Trabalhar temas que fazem refletir sobre os problemas enfrentados; • Buscamos a melhoria da qualidade de vida; • O objetivo é ocasionar uma reflexão sobre como as pessoas vem gerindo a vida delas e o que é possível fazer para que aquela realidade possa ser alterada; • Trabalhamos para fortalecer os vínculos familiares; • Promover acolhimento e integração; • Fazemos encaminhamentos em relação a direitos; • As intervenções são para que a pessoa possa se responsabilizar, responsabilizar o sujeito pelo que ocorre com ele, pelas suas mazelas; • Promover o acesso aos direitos, acesso a informação, orientação; • Promover a cidadania, a construção da autonomia; • Tentamos trabalhar com a prevenção para evitar que a situação se agrave; • Favorecer a autonomia e emancipação de cada uma; • As pessoas vêm aqui pedir, mas não é dar, é proporcionar o atendimento aos direitos; • Acolhimento das demandas da população, orientação, fazendo com que as pessoas tenham mais autonomia e independência; • Fazer com que os usuários superem a dependência crônica da assistência; • Responsabilizar a mãe pelos cuidados com o filho; • O trabalho com o idoso é de entretenimento e informação;

- O propósito do grupo é que tenham mais autonomia e mais independência, que consigam se reorganizar um pouco na família e socialmente;
- Esperamos que elas superem um pouquinho essa situação de vulnerabilidade, que possam andar com suas próprias pernas;
- O nosso objetivo é que sejam mais protagonistas da sua própria vida;
- Que possam ter mais autonomia e independência para tocar as próprias vidas;
- Ser uma rede que pode auxiliar a mulher no sentido de descobrir o que ela quer para a sua vida;
- Nos grupos de PAIF buscamos a melhoria da autoestima;
- Melhoria da convivência familiar, através da sensibilização ao respeito ao outro, reconhecimento das qualidades e defeitos;
- Combate e prevenção à violência doméstica e a exploração sexual infantil, superação de preconceitos, fortalecimento dos vínculos afetivos;
- Buscamos garantir o acesso aos direitos;
- Incentivo para ter uma vida melhor, mais digna;
- Mudança de mentalidade das mães, para que deem mais atenção e cuidem melhor dos filhos;
- Os cursinhos em parceria com o SENAR propiciam a geração de renda;
- Teríamos que fazer mais capacitação dos usuários e oportunizar trabalho;

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Quadro 4: Assuntos e temas abordados nas atividades grupais do PAIF e do Serviço de convivência para crianças, adolescentes e idosos.

ASSUNTOS ABORDADOS NAS ATIVIDADES GRUPAIS ⁶
<ul style="list-style-type: none"> • Violência doméstica • Alimentação saudável na melhor idade • Estatuto do idoso - direitos e deveres • Saúde corporal • Etiqueta, postura e comportamento social - convivência em casa, no trabalho, em festas e jantares • Prevenção de incêndios • Diabetes: causas e tratamento • O privilégio de envelhecer: a influência da tecnologia na 3ª idade • Mal de Parkinson e Alzheimer • A dança e seus benefícios • Ervas e plantas medicinais • A arte de envelhecer com espírito jovem e ser feliz • Saúde bucal • Como envelhecer com saúde • Os 5 pilares para uma vida plena: qualidade de vida, alimentação saudável, atividade física, respiração, sono • Reflexões alusivas ao dia da mulher - questões de gênero • Informações sobre o Poder Judiciário

⁶ A ênfase nos temas voltados ao envelhecimento demonstra a adequação à realidade brasileira que está apresentando crescente aumento da população idosa, demandando maior atenção a esta faixa etária.

- A criança na era das relações virtuais
- Identificação das situações de vulnerabilidade
- Alimentação correta
- A importância do grupo - regras de funcionamento, responsabilidade com a atividade, comprometimento com a frequência, escutar o outro com atenção e interesse
- Regras de boa convivência
- Mulher trabalhadora, que administra o orçamento doméstico, cuida da casa, cuida dos filhos, se cuida.
- O que quer uma mulher - texto de Martha Medeiros
- Prevenção de câncer
- Buscar os recursos internos para enfrentar as situações do dia a dia
- Prevenção de zoonoses
- Espaço de informação e reflexão sobre direitos e deveres do idoso
- Importância da atividade física na 3ª idade
- Foco na autoestima e a importância da mulher pensar em si mesma
- Palestra sobre drogas psicoativas (jovens)
- A importância do universo da música e sua interferência na nossa vida
- Bulling
- Importância do Setembro Amarelo
- Fortalecendo o gosto pelas artes
- Álcool e tabaco
- Desenvolvimento de habilidades psicossociais
- Importância da educação sanitária
- Origem da Festa de São João
- A importância da família
- Educação dos filhos e transmissão de valores
- Relatos de vida: o que mais marcou na vida, momentos mais difíceis, como superaram, com quem puderam contar, quais as maiores alegrias
- Mulher, autoestima e empoderamento
- Cadastro único e Programa Bolsa Família
- Câncer de mama
- Combate ao abuso e exploração sexual infantil e violência doméstica
- Preconceito e discriminação
- Trabalho infantil
- Violência
- Questões de gênero
- Relacionamento entre o casal idoso, manutenção da proximidade e do diálogo
- Resgate de brincadeiras antigas
- Hábitos de higiene e boas maneiras
- Como exercitar a concentração
- Importância das boas relações sociais
- Importância do dia 7 de Setembro
- Importância da Semana Farroupilha
- Atitude egoísta - por que evitar?
- Amor, respeito, amizade
- Desenvolver o espírito natalino
- Reflexões acerca de questões de gênero e empoderamento feminino (testemunhos e

narrativas de histórias de vida)

- Informações acerca da elaboração de curriculum vitae (incentivar o protagonismo)
- Realização de atividades culturais como: apresentação musical, apresentação de dança, apresentação de zumba; peças teatrais, visitas e viagens curtas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Apresenta-se a seguir a análise dos dados obtidos a partir das visitas aos CRAS e dos procedimentos de pesquisa já mencionados anteriormente. Realizou-se a averiguação dos significados presentes nos discursos e iniciou-se a proposição de inferências, consistindo no tratamento e interpretação dos dados e produção dos resultados. O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação do material coletado, tiveram a problemática investigativa e os objetivos do estudo como cerne orientador na elaboração da análise.

A primeira constatação está relacionada com a concepção da Assistência Social como descrito no referencial teórico. Verificou-se que todos os profissionais entrevistados estão comprometidos com uma prática que busca superar a visão assistencialista e de ajuda aos menos favorecidos, entendendo a Assistência Social como uma política pública à qual o usuário tem direito, e se empenham para garantir o acesso a todos que dela necessitam. No entanto, alguns profissionais reconhecem que na gestão da política como um todo, em seus municípios, ainda existem práticas assistencialistas, ações fragmentadas, de caráter compensatório e caritativo, exigindo desses profissionais uma atuação junto aos gestores no sentido de esclarecer sobre a forma adequada de conduzir a política.

Alguns profissionais entrevistados descrevem que, em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, serviço de oferta obrigatória e exclusiva do CRAS, existem poucas ações de caráter continuado e que a Proteção Social Básica desenvolvida no sentido de prevenir as situações de vulnerabilidades, atacando as suas causas, ainda não é executada. Embora os profissionais vislumbrem a viabilidade de fazer ações de prevenção, a fim de evitar que as vulnerabilidades se agravem, relatam que as condições atuais de trabalho, seja por acúmulo de funções, por excesso de demandas, por carga horária reduzida, por falta de profissionais ou por falta de entendimento sobre a política por parte dos gestores, não dão a possibilidade de atuar nesse sentido.

Os profissionais do CRAS também se referem a atitude dos usuários frente à política, manifestando que alguns usuários ainda não veem a concessão de certos benefícios como um direito e vão em busca de ajuda, sendo necessário que o profissional realize o entendimento da situação do usuário e o encaminhamento adequado de suas demandas, mas precisa também se dedicar ao esclarecimento quanto aos serviços e benefícios aos quais o usuário tem direito. Os profissionais manifestam que parece que os usuários voltaram ao paternalismo, já haviam superado a prática de solicitar ajuda e agora estão novamente procurando o CRAS em busca de auxílios materiais caritativos.

Com relação à percepção sobre os usuários, os sujeitos entrevistados, por um lado os veem como pessoas que buscam apenas a satisfação de necessidades materiais muito básicas, sujeitos que procuram o CRAS apenas para conseguir gêneros de primeira necessidade, e que não possuem motivação para desenvolver-se, para progredir, para melhorar a própria vida, “homens cujo desejo está obstruído” (Sujeito 2, informação verbal), que não tem motivação para ir adiante, para querer buscar uma profissão, um trabalho, estudo. Por isso entendem que o trabalho no CRAS deve encontrar formas de motivar os usuários, despertando o desejo de progredir. Verifica-se que os sujeitos percebem os usuários como pessoas dotadas de capacidades que podem ser desenvolvidas e que são capazes de superar as dificuldades pelas quais estão passando, com apoio e orientação são capazes de sair da condição em que se encontram. Entendem que os usuários precisam ser responsabilizados a desempenhar o seu papel na superação das suas dificuldades, como se vê na descrição da orientação ao usuário do Sujeito 4: “vocês serão responsabilizados por isso” (informação verbal).

Por outro lado, os entrevistados veem os usuários como sujeitos de direitos e entendem que é necessário avançar para superar a visão assistencialista que ainda se tem sobre o usuário. Consideram que o usuário ainda é muito passivo, passividade decorrente da própria situação de fragilidade em que se encontra, da falta de recursos financeiros e materiais, da cultura local. Por isso uma das atribuições dos profissionais é a transformação dessa cultura de passividade, incentivando o usuário a reivindicar, cobrar seus direitos.

Tendo em vista que o foco da proteção social básica, nível de proteção que deve ser assegurado no CRAS, cujas ações devem voltar-se à prevenção de situações de risco social e são direcionadas à população que vive em situação de vulnerabilidade, questionou-se sobre as principais vulnerabilidades identificadas pelos profissionais. Foram identificadas as seguintes vulnerabilidades: maus tratos e negligência com crianças; idosos desamparados, negligenciados e sem assistência de familiares; situações de alcoolismo; dificuldade no manejo de pessoas com transtornos mentais; depressão; escassez de oferta de emprego e falta de acesso ao trabalho; violência contra a mulher e contra idosos; situações de abuso sexual; insegurança alimentar; abrigamento de crianças; gravidez na adolescência; moradias precárias; ausência de renda e desemprego; falta de oportunidades de trabalho; baixa escolaridade.

Na entrevista buscou-se dos sujeitos entrevistados o seu entendimento sobre protagonismo, autonomia e desenvolvimento de habilidades e capacidades; reproduz-se a seguir as falas dos sujeitos entrevistados apresentando o seu ponto de vista sobre os temas:

Sujeito 1 - Eu acho que isso seria meio que uma profissionalização do usuário, e isso a gente não oferece, as nossas oficinas não são profissionalizantes. Eu acho que buscar a autonomia e o desenvolvimento de habilidades é fazer com que eles se emancipem, no sentido que o CRAS, a assistência social iria proporcionar algo com o qual ele pudesse se capacitar para ingressar no mercado de trabalho.

Sujeito 2 - Eu entendo por protagonismo e desenvolvimento de habilidades e potencialidades, um lugar, ou um momento em que a pessoa se dê conta de gerir a própria vida e de sua família, de forma que não seja só o suprimento das necessidades básicas, que possa sobrar espaço para refletir em quem sou eu, qual o meu lugar no social, qual meu papel na escola do meu filho, qual o meu papel na comunidade.

Sujeito 4 - Protagonismo é uma capacidade de buscar os seus próprios direitos, vai ficar num nível bem razoável, de simplesmente buscar os seus próprios direitos. Eu diria que para a participação nas políticas públicas, participação já é mais complicado. É como Marx diz, como uma pessoa que não está alimentada, a primeira coisa ela tem que alimentar o corpo, para depois... Como ela vai ser protagonista se ela não tem nem o básico, que é o material do próprio sustento. Então o protagonismo vai ser em função dela mesma, não vai ser em função da coletividade.

Sujeito 5 - O que a gente busca com essas mulheres, quando a gente fala em protagonismo, é que elas possam assumir as suas próprias vidas, no sentido de construir, junto com a família, com o marido, ou por elas mesmas, uma forma de alcançar a autonomia de escolher o que elas querem e o que elas não querem para elas.

Sujeito 6 - O protagonismo e o empoderamento é algo que não é da noite para o dia, é algo que se conquista, desde as oficinas artesanais, nós temos situações que só o homem é que traz a renda familiar, que sustenta a casa, e muitas vezes essa questão de não só o homem trazer o sustento, tem a questão da submissão da mulher, de precisar dinheiro para comprar suas coisas, de depender.

Sujeito 7 - Uma das questões é do público do Bolsa Família, que as pessoas para se emanciparem, é elas darem conta da sobrevivência, da subsistência delas, de ter um trabalho, de ter uma renda, de ir atrás, de não esperar que as coisas venham de mão beijada.

O entendimento da maior parte dos sujeitos entrevistados sobre os termos indagados coincide com a definição desses termos apresentada no referencial teórico. Apenas a compreensão do sujeito 4 é diversa, voltando-se mais para a concepção apresentada nos referenciais teórico-metodológicos da PNAS (2005), onde consta que, para promover o protagonismo dos usuários, deve-se incentivar a participação em movimentos sociais e

organismos que buscam a garantia dos direitos socioassistenciais, possibilitar a participação em espaços de debate, de proposições e de controle social da própria política, e estimular o protagonismo do usuário na manifestação de suas demandas e interesses.

O documento da PNAS, como descrito anteriormente, preconiza a autonomia e o protagonismo dos usuários, no entanto, propõe que a proteção social deve afiançar a “segurança de rendimento como a garantia que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego” (BRASIL, 2004, p. 31), ou seja, é dever do estado garantir a sobrevivência da família. Para os autores citados no referencial teórico um indivíduo autônomo busca a satisfação das próprias necessidades sem estar na dependência de outro, seja este outro uma outra pessoa, uma instituição ou o estado, visão que é compartilhada com a maioria dos entrevistados. Temos assim na PNAS por um lado o objetivo de fomentar a autonomia e por outro a determinação de que seja assegurado o sustento do indivíduo, o que promove muito mais a sua dependência do que a autonomia da pessoa.

Os profissionais entrevistados entendem que a autonomia e o protagonismo dos usuários implicam: a) na garantia da própria subsistência, que é viabilizada por meio da geração de renda e inserção no mercado de trabalho; b) na capacidade de gerir a própria vida e refletir sobre si e seu papel na sociedade; c) na possibilidade de escolher o que quer e o que não quer para si; d) na iniciativa e empenho de buscar a melhoria da própria vida.

Com relação à subsistência e geração de renda, nos CRAS pesquisados, são realizados cursos profissionalizantes, em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), promoção de cursos por meio do programa Pronatec⁷ do Governo Federal, oferta de cursos permanentes de bordado e corte e costura. No entanto, nem sempre a qualificação proporcionada pela frequência aos cursos é suficiente para garantir o ingresso no mercado de trabalho, nem é garantia de geração de renda. Em um dos grupos observados as participantes relataram que participaram de vários cursos como camareira, confeitiro, corte e costura, informática básica, mas nenhuma participante relatou que está trabalhando, nem mesmo relatou que, após a qualificação foi em busca de vagas de trabalho. Ou seja, são proporcionados cursos profissionalizantes, mas o incentivo ao trabalho e à obtenção de renda ainda não são devidamente fomentados.

⁷ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda

O trabalho de maior destaque nos CRAS, que atinge o maior número de usuários e demanda muitos recursos humanos e materiais, são as oficinas de artesanato. Essas oficinas são ofertadas para os grupos do PAIF e tem o escopo de ser um atrativo para os usuários participarem dos grupos. Mas, além desse escopo, as oficinas tem o objetivo de desenvolver habilidades manuais e contribuir para a geração de renda e, ainda que em pequena escala, este objetivo vem sendo alcançado, como se pode ver no relato do Sujeito 3, “essas mulheres [...] conseguiram renda, através das intervenções que se fazia intercalando com a oficina de artesanato, de culinária, de alguma coisa que levou elas a fazerem isso em casa e vender” (informação verbal), do Sujeito 6, “através das oficinas, principalmente do grupo de saúde mental, muitas trabalham em casa, a questão da renda, é mínima, mas elas terem alguma renda. A gente vê brilhar nos olhos delas, encher a boca para dizer: ‘eu fiz, eu aprendi no grupo, na oficina e hoje eu estou ganhando tanto, hoje eu já consigo comprar um batom, um esmalte, um absorvente, sem pedir para o meu marido’” (informação verbal) e do Sujeito 7 “e esse outro não [o grupo do PAIF], é mais tipo curso mesmo, daí faz arranjo, faz macramê, vários tipos, e aí tem muitas que fazem trabalhos maravilhosos e vendem [...]”. O Sujeito 1, embora refira que o artesanato não tenha a intenção de geração de renda, constata que as oficinas contribuem para isso, “até tem algumas que aprenderam a fazer coisas aqui que gerou renda, mas não é uma oficina profissionalizante” (informação verbal). As oficinas de artesanato também são direcionadas para os grupos do SCFV e, nesse serviço, o escopo é propiciar uma atividade ocupacional que seja um atrativo para os usuários e facilite a interação e o convívio entre os participantes.

Referente à capacidade de gerir a própria vida, escolher o que quer e o que não quer para si e o desempenho do seu papel na sociedade, os profissionais buscam promover a autonomia e o protagonismo dos usuários por meio dos grupos do PAIF, das orientações psicossociais nos grupos do SCFV e dos atendimentos individualizados. O enfoque está direcionado, entre outros aspectos, para as vulnerabilidades referentes à violência doméstica e negligência e maus tratos de idosos e crianças. A abordagem é feita através de rodas de conversa e orientações, visando promover reflexões sobre aquela situação, demonstrando que é possível superá-la. O relato dos Sujeitos 2, 3 e 5 ilustra como os profissionais procedem nos grupos do PAIF:

O objetivo é ocasionar, no mínimo, uma reflexão sobre como as pessoas vem gerindo a vida delas e o que é possível fazer para que aquela realidade, que está causando sofrimento, possa ser de algum jeito alterada. Se a gente tem notícia de alguma mulher que está passando por algum tipo de violência, claro que a gente vai fazer um trabalho com essa mulher, com essa família, mas as orientações

psicossociais em grupo também tem esse cunho, de oferecer um momento de reflexão para que aquela pessoa saiba, se dê conta, de que aquilo não é normal, não é natural, não precisa ser daquele jeito, que é possível alterar aquela situação, não precisa se submeter a isso, tem formas de sair (informação verbal, Sujeito 2).

A mulher só vai sair da condição de violência se a gente conseguir trabalhar o psicológico, se conseguir trabalhar os traumas que ela vivenciou até esse momento da vida dela, e o serviço social não nos forma para trabalhar traumas, para trabalhar as questões psíquicas da pessoa (informação verbal, Sujeito 3).

É um grupo que eu posso trazer algumas questões, não se configura como grupo terapia, elas trazem muitas questões delas, familiares, dos filhos, das relações amorosas, muitos temas diversos que a gente trabalha. Em alguns momentos trazemos vídeos, trazemos vários recursos, dinâmicas. É um encontro de interação, de troca de informações, onde elas podem compartilhar um pouco das suas vivências (informação verbal, Sujeito 5).

Em relação a esses aspectos os profissionais conseguem visualizar os resultados positivos de suas intervenções e a efetividade das ações do CRAS para a superação de algumas vulnerabilidades e na promoção do empoderamento das mulheres que conseguem sair da situação de violência doméstica em que se encontravam, como relata o Sujeito 6:

Nós tivemos no município situações de violência que envolveram a Lei Maria da Penha⁸ e hoje, a gente conta com um reconhecimento do nosso trabalho, de termos uma mulher empoderada, uma mulher que era vítima de violência a mais de 12 anos, e através do serviço de convivência, das atividades de grupo, das atividades reflexivas, das rodas de conversa. [...] ela mesma diz que o que impulsionou ela a realmente dar um basta foi aquele processo de reflexão em grupo, de ela refletir sobre tudo que ela estava passando, vivenciando, que os filhos estavam vivenciando, então para nós, a gente se sente realizado em ver que o trabalho realmente está andando (informação verbal).

Os profissionais tem ciência de que ainda há muito a ser feito, pois o número de participantes dos grupos ainda é muito pequeno em relação ao número de habitantes do município, ao número de famílias referenciadas ao CRAS e ao número de ocorrências existentes.

As orientações psicossociais realizadas nos grupos do SCFV são mais esporádicas e ocorrem na forma de palestras e exposições sobre temas como envelhecimento, violência, discriminação e preconceito, questões de gênero etc. Mesmo que sejam menos frequentes, as intervenções contribuem para que os usuários promovam mudanças em suas vidas, melhorando a qualidade das relações familiares, e encorajando para buscar orientação e apoio individualizado para a superação da situação de dificuldade.

A questão sobre o embasamento teórico-metodológico dos profissionais teve por escopo conhecer os referenciais utilizados pelos profissionais para auxiliar na proposição de novas abordagens na execução da política. Os Sujeitos 1, 5 e 7 revelaram um cuidado bastante

⁸ Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

grande em seguir as normativas, diretrizes, os parâmetros e os ciclos estabelecidos pela PNAS e constantes nos cadernos de orientação, nas portarias e documentos emitidos pelo MDSA, sendo esses os seus principais referenciais teóricos. Os demais entrevistados mencionaram os referenciais da formação acadêmica da graduação e de cursos de especialização como os norteadores das suas ações cotidianas.

Não obstante a sólida formação acadêmica e os referenciais técnicos emitidos pelo MDSA, os profissionais mencionaram que se ressentem da falta de capacitações na área e às vezes se sentem despreparados para o trabalho que é demandado no CRAS, como evidenciado na fala do Sujeito 3: “Seria importante uma formação continuada para a gente poder visualizar novas formas de intervir, porque às vezes temos situações que não sabemos o que fazer, se tem uma base a gente acha a forma, mas as vezes se sofre até encontrar a solução” (informação verbal). O Sujeito 5 também menciona esse aspecto: “A gente foi atendendo as demandas, mas falta uma capacitação mais voltada para a nossa atividade na política de assistência social. Falta um embasamento teórico maior” (informação verbal). O Sujeito 6 faz referência à importância que a capacitação continuada tem para a qualidade do trabalho: “Quando a gente está fazendo um curso, uma capacitação, parece que aquilo aflora, dá mais energia, te revigora. E quando está um pouco espaçada distante da parte teórica, parece que cai, não vou dizer na mesma, mas fica com menos qualidade” (informação verbal).

Por fim indagou-se os profissionais a respeito das dificuldades encontradas no exercício profissional junto ao CRAS e foram apontados os seguintes aspectos: falta de outro colega assistente social, falta de mais monitores para as oficinas, falta de profissionais de áreas diferenciadas para ter mais possibilidades de trabalho, divergências entre os profissionais na forma de conduzir o trabalho, falta de apoio dos órgãos centrais (MDSA, Departamento de Assistência Social (DAS) do Estado), falta de capacitação para a intervenção específica na política, acúmulo de funções do CRAS e do CREAS, dar conta de todas as demandas, excesso de burocracia, número limitado de recursos humanos, carga horária reduzida (alguns profissionais tem apenas 20 horas semanais), interrupção dos serviços devido à troca de gestão do município, falta de veículo e motorista para a realização de visitas domiciliares, acúmulo da função de coordenador e técnico do CRAS causando sobrecarga e prejuízo no desempenho das funções.

Um aspecto relevante a ser destacado refere-se ao SCFV para idosos, que tem grande importância em todos os CRAS pesquisados e atinge um grande número de usuários. É um serviço voltado para os usuários cuja vulnerabilidade não é decorrente da ausência ou escassez de renda, mas em decorrência do ciclo de vida, pois o idoso está mais exposto ao

isolamento, ao abandono, à exploração econômica etc. Percebe-se a importância dispensada a estes usuários observando-se o quadro 4, que apresenta os assuntos abordados nas atividades grupais, onde se vê que o tema velhice, ou envelhecimento é trabalhado sob diversas perspectivas. Isto demonstra que, neste aspecto, as ações do CRAS estão em sintonia com a realidade demográfica brasileira atual que, com o aumento da longevidade, o número de idosos está crescendo, havendo necessidade de dispensar atenção diferenciada a essa população, como vem ocorrendo nos CRAS.

5 REFLEXÕES FINAIS: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO

A análise compreensiva e interpretativa dos relatos e observações sobre a atuação dos profissionais e a execução cotidiana da política de assistência social, à luz dos pressupostos teóricos, possibilitou primeiramente verificar que ainda existem práticas sociais fragmentadas, imediatistas e medidas assistencialistas, sendo que a mudança de paradigma, da prática assistencialista à uma política de direitos de cidadania, como referido por Sposati (2007), ainda não se concretizou completamente.

Embora os profissionais entrevistados tenham a compreensão adequada sobre a política e na sua atuação buscam assegurar a continuidade das ações e entendem o caráter garantidor de proteção social, devido ao modo de gestão local, ainda há muito que avançar. Um dos entraves refere-se à interrupção de atividades devido a troca de governo, como se verificou no CRAS 1 e CRAS 2. Nesses CRAS parte da equipe ou era cedida de outros setores e com o fim do mandato retornou ao setor de origem, ou possuía contratos temporários que foram rescindidos. Com o afastamento de parte da equipe do CRAS o sistema de proteção contínuo, ininterrupto, não está assegurado.

Garantir a proteção social básica e trabalhar o atendimento integral à família ainda é um grande desafio e supõe ações de prevenção para reduzir as vulnerabilidades, ou pelo menos evitar que estas se agravem. No entender do Sujeito 3 essas ações de prevenção não estão sendo feitas: “[...] existe uma falha, não é uma falha profissional, mas uma falha institucional, no sentido que a gente não consegue fazer a prevenção como deveríamos fazer” (informação verbal). O acúmulo de funções, excesso de trabalho e equipe reduzida são os principais fatores que dificultam a realização de um trabalho voltado para a prevenção.

Pereira e Guareschi (2013) mencionam que a assistência social deve adotar estratégias para o enfrentamento da pobreza, das vulnerabilidades e dos riscos sociais. Analisando a descrição dos entrevistados sobre as atividades desenvolvidas no CRAS, conforme consta no quadro 2, depreende-se que, no que se refere ao enfrentamento da pobreza, essa dimensão da assistência social ainda é pouco trabalhada. Os cursos profissionalizantes desenvolvidos no CRAS ou promovidos em parceria com outras instituições, podem ser consideradas ações de enfrentamento da pobreza, pois preparam o usuário para o mercado de trabalho. O Sujeito 1 menciona que “a gente tem uma experiência positiva do Pronatec, um dos cursos que a gente fez foi de cuidador de idoso e pelo menos metade dos que fizeram o curso a gente sabe que conseguiram vaga nessa área” (informação verbal). Mas esse é o único relato de ingresso no

mercado de trabalho, denotando que ainda é pouco frequente a inserção dos usuários em vagas de trabalho, em decorrência dos cursos promovidos pelo CRAS.

Quanto à atribuição de contribuir para proporcionar condições dignas de vida, incluindo a garantia de acesso a direitos e a possibilidade de construção de novas histórias, citada por Pereira e Guareschi (2013), a partir da análise das atividades desenvolvidas, dos resultados que os profissionais buscam alcançar e do propósito de suas ações pode-se dizer que tem se obtido êxito no desempenho dessa atribuição. Os Sujeitos 2, 3, 5 e 6 mencionam seu trabalho com grupos de mulheres que tem por escopo suscitar debates e reflexões a fim de auxiliar na superação de situações de vulnerabilidade como a violência doméstica, por exemplo, levando a compreender que é possível alterar aquela situação e construir novas histórias de vida.

Sobre a responsabilidade dos usuários e o dever de empenhar-se no desenvolvimento de si mesmos, no seu aprimoramento e no provimento do seu autossustento, como embasado por Meneghetti (2004b), este é um posicionamento que também está presente nas reflexões dos entrevistados. O Sujeito 2 refere que tem “uma inquietação constante em descobrir formas de mobilizar o desejo nessas pessoas, de poder fazer que de alguma forma elas tenham algo que as mova para ir adiante, para querer buscar uma profissão, ou estudar”, ou quando diz que: “a gente tem todo um contexto social que oprime, que exclui, mas a pessoa também é responsável” (informação verbal). O Sujeito 4 também faz menção a esse aspecto na sua fala: “fazendo uma entrevista, pergunto o que a pessoa pode fazer em contrapartida” (informação verbal).

Quanto ao aspecto da ajuda mencionado por May (1988), que muitas vezes é confundido com assistência social e que torna as pessoas dependentes e conformistas, os profissionais entrevistados tem o mesmo entendimento e se empenham para superar essa prática, como se pode ver na manifestação do Sujeito 4: “eu posso prender aquela pessoa, vem aqui que eu te ajudo [...] daí eu torno ela dependente”.

Sobre a concepção de autonomia e protagonismo percebe-se dois posicionamentos entre os profissionais. Um entendimento de autonomia econômica obtida através do trabalho remunerado, seja formal ou informal, como a elaboração de produtos artesanais que podem ser comercializados e gerar renda, como se vê na fala do Sujeito 1 “encaminhar para o mercado de trabalho, [...] se a gente conseguir fazer isso vai entrar um pouquinho nesse caminho da autonomia” (informação verbal). Outro entendimento se refere a autonomia “psicológica”, como menciona o Sujeito 5: “uma forma de alcançar a autonomia é escolher o que elas querem e o que elas não querem para elas. [...] Essa independência não é só

financeira, é independência emocional, psicológica” (informação verbal). Pessoas autônomas são pessoas que decidem mudar aspectos de sua vida que estavam causando sofrimento.

Em relação à concepção de homem constituído por um projeto intrínseco, dotado de potencialidades e capacidades pessoais que devem ser atuadas para que a pessoa alcance a própria realização (MASLOW, 2003), os entrevistados tem um ponto de vista semelhante, pois afirmam que são pessoas que “têm potencialidades e elas podem buscar muitas coisas por conta própria” (Sujeito 4, informação verbal). De acordo com Maslow, embora o ser humano tenha uma tendência natural para colocar em ação todo o seu potencial criativo, para que isso realmente ocorra é necessário um ato de vontade. O Sujeito 2 percebe os usuários como “homens cujo desejo está obstruído” e menciona a necessidade de “mobilizar o desejo nessas pessoas” (informação verbal). Isto é, também entendem que, para realizar o próprio potencial, é necessário um ato de vontade que, nos usuários da assistência social, encontra-se obstruído.

Das ações a serem desenvolvidas no CRAS o caderno de Orientações Técnicas (2012) prevê atividades referentes aos atendimentos que são a acolhida, as oficinas, as ações comunitárias, as ações particularizadas e os encaminhamento, e prevê outra modalidade de procedimento que é o acompanhamento familiar. Apenas o Sujeito 1 refere a realização de acompanhamento familiar, mas destaca que se tivesse mais profissionais “poderíamos fazer o trabalho mais específico do CRAS que é o acompanhamento familiar, [...] poderia realizar melhor o acompanhamento familiar, porque a gente não consegue acompanhar muito” (informação verbal). O Sujeito 7 menciona que faz os “acompanhamentos relacionados ao judiciário” (informação verbal), mas não seguindo as orientações técnicas. Isso significa que, embora os profissionais tenham muito zelo em executar as ações em conformidade com as orientações técnicas, a ação de maior relevância não está sendo executada.

O acompanhamento familiar, de acordo com as Orientações (2012, v. 2, p. 54), “consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais”, estabelecendo-se objetivos a serem alcançados a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias. É uma ação que tem por “finalidade enfrentar as situações de vulnerabilidade social, prevenir a ocorrência de riscos e/ou violações de direitos, identificar e estimular as potencialidades das famílias” (ORIENTAÇÕES, 2012, v. 2, p. 63). É a modalidade que melhor contribui para o alcance dos objetivos da política e não está sendo executada em nenhum dos CRAS pesquisados. Entende-se que a não execução dessa ação ocorre devido ao acúmulo de funções dos profissionais ou devido à carga horária reduzida, que são dificuldades de gestão, cuja solução depende de uma decisão dos dirigentes da política. Portanto, embora a

política de assistência social tenha se aprimorado significativamente na última década, ainda há muito a percorrer para que o seu caráter protetivo, preventivo e proativo se concretize.

5.1 OS VALORES DO HUMANISMO COMO NORTEADORES DAS AÇÕES

Tomando como ponto de partida o homem segundo a concepção descrita no referencial teórico, pode-se sucintamente dizer que a todo ser humano é dado pela natureza um potencial, um talento especial, um quântico de inteligência, que o torna capaz de realizar as atividades simples do dia a dia com excelência e criatividade, e tem também a possibilidade de resolver com sucesso os problemas que a vida em sociedade apresenta. No entanto essa capacidade fundamental, inerente à natureza humana, muito frequentemente se perde, fica enterrada, permanece inibida, como resultado da educação e do processo de adaptação à sociedade ao qual todo o ser humano é submetido.

Os usuários da assistência social são indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e ou risco social, decorrente de inúmeros fatores. Fatores externos, econômicos, estruturais, conjunturais, devidos a um modelo social e econômico desigual e excludente; também fatores educacionais, pois a família e a sociedade não educam a criança a impostar-se de modo responsável para crescer como pessoa. Esses fatores externos, em geral são elementos negativos e certamente são condicionantes, mas não são determinantes, não eliminam o potencial interior do indivíduo, não suprimem a sua capacidade de superar os diversos obstáculos da vida. Se a pessoa não é educada a perceber a sua interioridade e responsabilizar-se pelo seu desenvolvimento, resulta que ela não conhece o seu potencial, por isso não sabe usar sua inteligência e seu talento para superar as vulnerabilidades e dificuldades que se apresentam. Uma forma de auxiliar esses usuários a transpor a situação em que se encontram é ensinando-os a compreender a força e capacidade que possuem e responsabilizando-os pelo seu crescimento.

A fim de promover melhoria na qualidade de vida, mais dignidade e equidade a política de assistência social apresenta uma proposta de atuação em que se deve “buscar articular diversas dimensões que propiciem a mudança social” (ORIENTAÇÕES, 2012, p. 35). A proposta do presente estudo é buscar o desenvolvimento do indivíduo, o aprimoramento e fortalecimento da pessoa, para que promova mudanças em sua vida e desse modo contribua também com o desenvolvimento de sua comunidade e da sociedade.

Esta segunda proposta parece ser uma tendência também entre os profissionais pesquisados, cuja preocupação é “fazer as pessoas entenderem que devem melhorar a sua

qualidade de vida” (Sujeito 1, informação verbal), “descobrir formas de mobilizar o desejo nessas pessoas” (Sujeito 2, informação verbal), “conversar com as pessoas, dialogar, refletir, para que elas descubram que elas têm potencialidades e elas podem buscar muitas coisas por conta própria” (Sujeito 4, informação verbal), “o que a gente espera é que elas superem um pouquinho essa situação de vulnerabilidade que as trouxeram aqui, para que elas possam andar com as próprias pernas” (Sujeito 5, informação verbal). Percebe-se sempre o enfoque na pessoa e na sua capacidade de promover mudanças em sua vida. Sob essa ótica o papel do operador da política é auxiliar o indivíduo no seu desenvolvimento pessoal, tornando-o capaz de desenredar-se em todas as circunstâncias da vida.

Mas os profissionais sentem-se despreparados para o desempenho dessa atribuição. Sabem que a ajuda a ser dada é no sentido de responsabilizar a pessoa quanto à necessidade de empenhar-se para superar por conta própria as vulnerabilidades que encontra, mas não sabem como fazer. Esses profissionais sentem necessidade de uma formação, de capacitação para que seu trabalho seja mais efetivo, como expresso pelo Sujeito 2: “é possível trabalhar esse protagonismo, mas como fazer isso é que é um desafio”; ou como manifestado pelo Sujeito 3: “seria importante uma formação continuada, para a gente poder visualizar novas formas de intervir, porque as vezes temos situações que não sabemos o que fazer, e se tem uma base a gente acha a forma”; e também pelo Sujeito 5: “pensar em como fazer as intervenções é uma construção que precisa de um preparo maior que a gente não teve. Falta capacitação para a intervenção na política”.

Como fundamentação para um programa de formação para os operadores da política de assistência social utiliza-se Meneghetti que denomina o quântico de inteligência que cada ser humano possui de potencial humanístico. Para resgatar e desenvolver esse potencial usa-se a cultura humanista que reforça o valor do humano, descreve as características específicas do gênero humano e identifica os valores, as premissas, os códigos que existem nas culturas de diversos povos, premissas que destacam e facilitam o aprimoramento das características positivas da natureza humana.

Dos valores do humanismo, no humanismo histórico temos a *vida ativa*, no humanismo perene o “*labora*” de São Bento, que podem ser traduzidas como o valor do trabalho. Sobre o trabalho, Marx (1996) o entende como um processo entre o homem e a natureza. O homem atua sobre a natureza, modifica a matéria a fim de torná-la útil para a sua própria vida. O homem põe em movimento as forças da própria corporeidade, apropria-se da matéria e a transforma em algo útil para si. Além disso, “o homem, ao atuar sobre a natureza e modificá-la, ao mesmo tempo altera a sua própria natureza. Ao modificar o objeto modifica a

si mesmo” (MARX, 1996, p. 297). O trabalho é necessário não somente para produzir as coisas úteis e necessárias ao bem-estar do homem, mas também para a autoconstrução de si mesmo.

Maslow (2003, p. 7) afirma que “a administração adequada da vida profissional dos seres humanos, do modo como ganham a vida, pode aperfeiçoá-los e aperfeiçoar o mundo”. Para os indivíduos que se auto-realizam, “o trabalho se torna uma parte efetiva do seu próprio Eu, faz parte da definição que ele tem de si mesmo” (MASLOW, 2003, p.7). O trabalho assume tal importância que a pessoa identifica-se com ele. Para o autor o trabalho é também psicoterápico, fazendo as pessoas crescerem em direção à autorrealização, que se alcança “através de trabalho árduo e total compromisso com o fazer bem-feito o trabalho que o acaso ou o destino pessoal o leva a realizar, ou qualquer trabalho que clama por ser feito” (MASLOW, 2003, p. 14). Ou seja, como meio para o crescimento, para a realização e bem-estar psíquico, o autor não entende apenas o ingresso formal no mercado de trabalho, mas a realização de todas as tarefas que podem ser executadas na vivência diária, as quais devem ser feitas sempre com o máximo empenho.

A Regra de São Bento dedica grande importância ao trabalho, ao “*labora*”, nas orientações sobre a organização da vida no monastério, e o entende como o “trabalho das mãos”, o trabalho físico, corporal, o trabalho pesado nos campos e o trabalho manual nas oficinas. São Bento recomendava que os monges deveriam encontrar no mosteiro seu sustento, e cada monge desempenhava diversas tarefas, distribuídas segundo as habilidades e capacidades de cada um. Porém o trabalho não é assumido apenas como meio de subsistência, mas é uma forma de disciplina, de transformação do mundo e, principalmente um meio de aproximar-se de Deus, um meio para a santificação; é a expressão de amor por si mesmo e do amor ao próximo.

Outro valor da cultura humanista é a civilidade, entendida como o conjunto de formalidades, cortesia e polidez adotado para demonstrar respeito e consideração uns pelos outros. É o modo de portar-se na convivência com os outros. A civilidade se refere também às questões aparentemente menores de comportamento, como as regras de etiqueta e as boas maneiras que contribuem para a formação dos cidadãos. Para Figueira (1998, apud RODRIGUES e MARRONI, 2012, P. 4) “as regras sociais são fundamentais para a vida em sociedade e cada período histórico demanda regras próprias, em virtude da especificidade de tempo histórico. Assim cada época histórica precisa ensinar aos seus homens as regras de convívio social, tornando-os educados/civilizados”. Para Rodrigues e Marroni (2012) a civilidade revela a delicadeza, o modo refinado de se conduzir a fim de preservar a própria

dignidade. A civilidade é ainda a demonstração externa de respeito ao outro, à sacralidade intrínseca a cada ser humano. A civilidade pode ser associada ao “*pax et bonum*” de São Francisco de Assis, entendendo um modo de conduzir-se tendo em vista a bondade e a concórdia em vez do litígio.

O significado de ócio é trazido da Grécia antiga, que o entendia como o tempo não dedicado aos empenhos de trabalho, é o tempo dedicado às atividades que vão além do que é necessário e útil. Como refere Carotenuto (2013, p. 42), “tempo destinado a utilidades não práticas, ao exercício dos próprios recursos intelectuais e espirituais”. Uma vez cumpridas as obrigações de trabalho, necessárias ao autossustento, ou os compromissos requeridos à vida em sociedade, pode-se dedicar o tempo ao desenvolvimento da própria interioridade, ao aprimoramento intelectual, ou aquisição de habilidades que não são necessárias à execução do próprio trabalho. Conforme a autora o ócio “é o tempo dedicado a atividades agradáveis de cuidado com a própria interioridade não finalizadas à produção de bens e riquezas. [...] A educação ao ócio é a educação à atividade intelectual desinteressada e à vida própria da parte mais elevada da alma” (CAROTENUTO, 2013, p. 66). Ócio, portanto, não significa inércia, preguiça ou tempo desperdiçado, mas é o tempo dedicado à vida pública, à reflexão sobre o mundo, a atividades de estímulo como as artes e os esportes, que levam à excelência e à sabedoria.

A filantropia é o amor pela humanidade, amor ao homem. No pensamento grego a filantropia tinha a conotação de ser um bom cidadão, ter inclinações humanitárias como a hospitalidade, a simpatia, ter um comportamento sensível, um sentimento de bondade para com cada ser humano. Para Maimônides (s.d., apud PIZZINGA), o mais alto grau de caridade consiste em prevenir a pobreza, ajudar o próximo a ser autossuficiente e auxiliá-lo a ter uma ocupação lucrativa, para que possa ganhar a vida de modo autônomo e não tenha necessidade de estender a mão para a caridade. Por filantropia, portanto, não se entende a forma de doações privadas para os necessitados como, muitas vezes, o termo hoje é usado, mas a responsabilidade civil tendo em vista o benefício público, o bem-estar de toda a sociedade.

Dos valores do humanismo elencados no referencial teórico, a elucidação acima demonstra como esses valores podem nortear o trabalho quando se tem em vista o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e das potencialidades dos usuários do SUAS.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a política de assistência social na sua execução, ainda tenha que avançar para que garanta todas as seguranças que se propõe afiançar, o CRAS, como unidade básica da assistência social, por meio da atuação dos profissionais, já contribui e pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e protagonistas de sua história, capazes de transpor por conta própria as dificuldades da sua vida. Com a implantação dos Centros de Referência nos municípios a política de assistência social tornou-se mais visível e, onde o CRAS não é compartilhado com o órgão gestor, a oferta dos serviços se desvincula do favorecimento político e torna-se acessível a todos os cidadãos, sendo um local de fácil ingresso, onde a acolhida e a escuta respeitosa estão asseguradas.

Maslow menciona que um ambiente acolhedor por si só é um facilitador para o desenvolvimento da pessoa:

Assim como todas as árvores necessitam de sol, água e de alimento do ambiente, as pessoas também necessitam de que seu ambiente lhes forneça segurança, amor e *status*. No entanto, é exatamente aí que o desenvolvimento da individualidade se iniciará, uma vez saciadas estas necessidades elementares e abrangentes, cada árvore e cada pessoa prossegue desenvolvendo-se dentro de seu próprio estilo, de maneira única, utilizando estas necessidades a serviço de seus próprios propósitos (MASLOW, 2003, p. 291).

Os trabalhadores do CRAS ao oferecerem um ambiente afável já estão favorecendo o suprimento das necessidades básicas de segurança, aceitação e afeto, dando possibilidade ao desenvolvimento do usuário enquanto pessoa.

O próprio encontro com os profissionais, afetuoso e respeitoso, é propulsor de um processo de mudanças. Segundo Rogers (apud MAY, 1974, p.106), “o cálido, subjetivo e humano encontro de duas pessoas é eficaz para facilitar mudanças”. O autor refere ainda que fatores como a confiança sentida no profissional e o fato de ter sido compreendido por ele, são benéficos para provocar modificações no outro ser humano (ROGERS, 1982). A relação com os profissionais, quando pautada na aceitação incondicional, no respeito, na simpatia, no interesse genuíno e caloroso, na escuta atenta, é um modo muito eficiente de ajudar o outro. Ajuda entendida no sentido proposto por Rogers (1982, p. 43) como a “relação na qual pelo menos uma das partes procura promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida”. O investimento no aperfeiçoamento da pessoa transforma-a em um ser humano melhor, isso pode ser feito entrando-se em contato com as pessoas de forma profunda, intensa e individual.

Outra possibilidade de promover o aperfeiçoamento dos usuários é redirecionando o modo de conduzir as oficinas de artesanato, por exemplo. Em todos os CRAS são ofertadas

essas oficinas, e em todos foi destacado que elas não têm cunho profissionalizante, por isso não se exige que o trabalho seja feito com o máximo de esmero e perfeição. Trazendo a visão de Maslow sobre o trabalho, viu-se que todas as coisas devem ser realizadas com o máximo de excelência, com o máximo de empenho, pois esse é o propósito a que o humano se destina: realizar com excelência tudo o que faz e também realizar o melhor de si. Conduzir as oficinas ensinando a fazer com excelência e empenho, se estará ensinando uma atitude de grande utilidade para a vida, e impostando de modo diferenciado a pessoa diante do trabalho que precisa ser executado.

As oficinas são também uma excelente oportunidade de educar por meio da arte e de desenvolver a criatividade. Para Maslow (2003, p. 187), “a arte através da educação pode ser particularmente importante, nem tanto para transformar artistas ou produtos artísticos, mas por tornar as pessoas melhores”. O autor refere ainda que “quaisquer fatores que possam produzir uma pessoa mais criativa também poderiam produzir um cidadão melhor” (MASLOW, 2003, p. 207).

Referente ao desenvolvimento do SCFV, entende-se que pelo menos dois valores do humanismo citados anteriormente estão presentes no fazer cotidiano do CRAS: a vida ativa, através das oficinas de artesanato e incentivo a participação ativa em todas as atividades grupais; e a civilidade que é fomentada pelas regras de boa convivência, boas maneiras e respeito ao outro.

Sen (2000, p. 26) menciona que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros”. Com ações que contemplem os valores do humanismo o CRAS pode ser um excelente local onde sejam proporcionadas essas oportunidades adequadas.

Tendo o homem a possibilidade de se construir segundo as escolhas que faz, o CRAS pode tornar-se uma referência para estimular a pessoa na autoconstrução para a excelência revelando assim esse “portentoso milagre” que é o homem, como denomina Pico Della Mirandola, e devolvendo-lhe toda a sua dignidade. Entende-se que encorajar o desenvolvimento individual, responsabilizar a pessoa pela melhoria de sua vida, é uma possibilidade real e concreta na política de assistência social e é também uma maneira de construir uma sociedade mais humana. Embora o estímulo seja ao desenvolvimento do indivíduo, os reflexos dizem respeito a toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>> Acesso em: 14 set. 2016.
- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, p. 95-103. Salvador: 2013.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BARBIERI, Josiane B. P.; ANDREOLA, Maria Tereza. Conquista da autonomia integral, em mulheres, através de projeto social e instrumento de *training* sociopsicológico. *Temas em Psicologia*, v 20, n 2, p. 491-508, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2012000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BRASIL. Comissão Intergestora Tripartite. *Aprova o processo de acompanhamento da implementação do PAIF nos CRAS*. (Resolução n. 06, de 07 de julho de 2008). Brasília: MDS, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- CAROTENUTO, Margherita. *A Paideia Ôntica: dos Sumérios a Meneghetti*. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.
- CASTRO, Flávio José R. *CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços*. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.
- CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade*. v. 24, n.1, p. 13-18, João Pessoa: jan./abr. 2014.
- FALCI, Priscila Gonzalez. Os movimentos religiosos e a Legenda Áurea: Uma análise do martírio imaginário de Domingos de Gusmão. *Revista Aulas*. 2007, p. 1-27. ISSN 1981-1225.
- FERRETTI, Celso; ZIBAS, Dagmar; TARTUCE, Gisela. *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*. *Cadernos de Pesquisa*. v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22511.pdf>> Acesso em: 13 set. 2016.

- FOSSATI, Paulo. *A produção de sentido na vida de educadores: por uma logoformação*. 2009. 272f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUIMARÃES, Sueli Édi; BORUCHOVITCH, Evely. O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da Teoria da Autodeterminação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, p. 143-150, 2004.
- LACERDA, Bruno Amaro. A dignidade humana em Giovanni Pico Della Mirandola. *Revista Legis Augustus* (Revista Jurídica). v. 3, n. 1, p. 16-23. 2010. ISSN: 1516-9367.
- LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. São Paulo: Record, 1998.
- MAY, Rollo. *A descoberta do ser*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MAY, Rollo. (Org.). *Psicologia existencial*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- MASLOW, Abraham. *Introdução à psicologia do ser*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1962. Disponível em: <<https://psicologiaespirita.files.wordpress.com/2016/04/abraham-h-maslow-introduc3a7c3a3o-c3a0-psicologia-do-ser.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2016.
- MASLOW, Abraham. *O diário de negócios de Maslow*. Organizado por D. C. Stephens. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- MASSAU, Guilherme Camargo. *A dignidade humana em Pico Della Mirandola*. Repositório institucional da UFPel, 2013. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/910/1/A%20dignidade%20humana%20em%20Pico%20Della%20Mirandola.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2017.
- MARTINS, Ana Maria T. Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. 2012. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.ana-maria-martins.pdf>> Acesso em: 19 set. 2016.
- MARX, Carl. *O Capital. Crítica da economia política*. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MENEGHETTI, Antonio. *Arte, sonho e sociedade*. Restinga Seca/RS: Ontopsicológica Editora Universitária, 2015.
- MENEGHETTI, Antonio. *Dall'umanesimo storico all'umanesimo perenne*. Roma: Psicologica, 2010.
- MENEGHETTI, A. *Il progetto "Uomo"*. 3 ed. Roma: Psicologica, 1998
- MENEGHETTI, Antonio. *Manual de Ontopsicologia*. São João do Polêsine: Ontopsicologica, 2004.

MENEGHETTI, Antonio. *Nova Fronda Virescit: Introdução à psicoterapia ontopsicológica, instrumentos e aplicações*. V. 2. 1 reimp. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.

MENEGHETTI, Antonio. *O Em Si do homem*. 5 ed. Recanto Maestro, RS: Ontopsicologica Editrice, 2004.

MENEGHETTI, Antonio. *Sistema e personalidade*. Recanto Maestro, RS: Ontopsicologica Editrice, 2004.

OLIVEIRA, Eliana de.; ENS, Romilda T.; ANDRADE, Daniela B. S. Freire.; MUSSIS, Carlo Ralph. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*. V. 4, n. 9. p. 11-27. Curitiba: 2003.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes S. *Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária*. Seropédica/RJ: 2006. Tese de doutorado. Disponível em: <r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/.../d_maria_de_1_souza_oliveira_2006.pdf> Acesso em: 19 jan. 2017.

ONU. *Princípios de empoderamento das mulheres*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf> Acesso em: 19 out. 2016.

ORIENTAÇÕES Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

ORIENTAÇÕES Técnicas sobre o PAIF. v. 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

ORIENTAÇÕES Técnicas sobre o PAIF. v. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

PEREIRA, Vinicius & GUARESCHI, Pedrinho. Paradoxos da Assistência Social: algumas considerações. *Revista textos e contextos*, p. 383-391, 2013.

PETRY, Anna. et al (org). *A formação humanista de jovens como garantia de sustentabilidade, identidade e protagonismo civil*. Recanto Maestro: Associação Brasileira de Ontopsicologia, 2011.

PICO DELLA MIRANDOLA, Giovani. *A dignidade do homem*. São Paulo: Escala, 1985.

PIZZINGA, R. D. *O pensamento de Maimônides*. Disponível em: <<http://doczz.com.br/doc/516856/o-pensamento-de-maimonides-2>> Acesso em: 05 abr. 2017.

RODRIGUES, D. C.; MARRONI, Paula C. T. A civilidade como pedagogia do comportamento. IX ANPED Sul, *Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul*, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/03_37_06_3068-6418-1-PB.pdf> Acesso em: 03 abr. 2017.

ROGERS, Carl. R. *Tornar-se pessoa*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SANTOS, Ariene A.; PAVARINI, Sofia C. I. Perfil dos cuidadores de idosos com alterações cognitivas em diferentes contextos de vulnerabilidade social. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre: março, 2010, p. 115-122.

SCHIAVO, Márcio R. (Direção). *Glossário Social: mais que uma fonte de conhecimento, uma ferramenta indispensável de ação social*. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005. Disponível em: <http://www.comunicarte.com.br/glossario_social.pdf> Acesso em: 14 set. 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. 8 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Victor Augustus. *A pregação e o pregador: análise da eficácia discursiva do escrito Admoestações de Francisco de Assis entre 1206 e 1226*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História da UFPR. 2005. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/bitstream/1884/4771/1/DISSERTA__O_COMPLETA.pdf> Acesso em: 01 fev. 2017.

SIQUEIRA, Monica Maria N. T. Famílias: uma experiência de trabalho com grupo. *Revista Ciências Humanas*, v. 1, n. 2. Taubaté: UNITAU, p.1-14, 2008. Disponível em <<http://www.unitau.br/revistahumanas>> Acesso em: 11 set. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*. Salvador: nº 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, Cristiane G; MOREIRA, Dirceia; BOURGUIGNON, Jussara. Empoderamento: possibilidades da prática profissional interdisciplinar nos centros de referência de assistência social em Ponta Grossa-PR. *Publicatio UEPG Ciências Sociais Aplicadas*. Ponta Grossa: p. 111-122, jan./jun. 2013. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>> Acesso em: 19 out. 2016.

SPINELLI, Miguel. *Filósofos pré-socráticos: primeiros mestres da filosofia e da ciência grega*. 3. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2012

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, p. 435-458, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. EaD UFPA. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pd> Acesso em: 17 jul. 2016.

TESTA, Maurício Gregianin et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: p. 1519-1541, nov./dez. 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000600009>> Acesso em: 13 nov. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALOURA, Leila de Castro. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador*. Disponível em: <<http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigosetextos/Comportamentoorganizacional/empowermentporpaulofreire.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2016.

VARGAS, Thiago de Oliveira. O indivíduo como protagonista de sua existência e a expansão do Poder Judiciário. *Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti*. v. 6, n. 9, p. 89-103, dez. 2016. ISSN 2446-6298. Disponível em: <<https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/151/185>>. Acesso em: 10 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18815/sh.2016v6n9.151>.

VIDOR, Alécio. *Opinião ou ciência: Tecnologia x vida*. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.

APÊNDICE A - Planilha com dados dos municípios

Municípios que compõe a região das Missões						
Município	Habit	IDHM	ID CRAS 2013			
			Ativid.	Estr. Fís.	Funcion.	RH
Bossoroca	6.887	0,692	4	1	3	3
Caibaté	4.954	0,719	4	4	3	4
Cerro Largo	13.872	0,764	4	3	2	3
Dezesseis de Novembro	2.823	0,654	4	3	3	3
Entre-Ijuis	8.938	0,68	4	2	3	4
Eugênio de Castro	2.797	0,712	4	2	3	3
Giruá	17.075	0,721	4	3	3	4
Guarani das Missões	8.115	0,737	4	3	3	3
Mato Queimado	1.799	0,717				
Pirapó	2.757	0,669	4	3	3	3
Porto Xavier	10.560	0,723	4	3	3	3
Rolador	2.546	0,689	4	3	3	1
Roque Gonzales	7.206	0,688	2	1	3	3
Salvador das Missões	2.669	0,753	1	1	3	1
Santo Antônio das Missões	11.210	0,686	4	4	3	4
São Luiz Gonzaga	34.558	0,741	4	3	3	3
São Miguel das Missões	7.421	0,667	4	3	3	3
São Nicolau	5.727	0,645	4	3	3	3
São Paulo das Missões	6.367	0,664	4	1	3	3
São Pedro do Butiá	2.873	0,763	4	1	3	3
Sete de Setembro	2.126	0,683	4	1	3	3
Ubiretama	2.296	0,700	4	3	2	3
Vitória das Missões	3.485	0,655	4	3	3	1

ID CRAS: 1-insuficiente; 2-regular; 3-suficiente; 4-superior.
 Informações disponíveis em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>

APÊNDICE B - Declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, _____, representante legal da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social do município de _____, envolvida no projeto de pesquisa intitulado “ESTUDO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TRÊS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES”, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que a pesquisadora deverá cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, a Lei 8.069/90 e as demais legislações vigentes.

_____, _____ de janeiro de 2017.

Cleoci Werle Rockenbach - Pesquisadora

Secretária Municipal de Saúde e Ação Social

Carimbo

APÊNCIDE C - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

ESTUDO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TRÊS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Estudo sobre a execução da política de Assistência Social em três municípios da região das Missões”.

Desenvolvida por Cleoci Werle Rockenbach, discente de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo, sob orientação do Professor Dr. Cesar de Miranda e Lemos.

O objetivo central do estudo é: analisar as ações desenvolvidas no CRAS, e a prática profissional cotidiana, tendo em vista os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. A pesquisa se justifica pela importância em estudar a prática cotidiana dos profissionais que atuam nesta relevante política pública, pois o seu fazer é determinante no alcance dos resultados e na produção dos efeitos desejados. O estudo tem o intuito de contribuir para a reflexão e proposição de novas abordagens na execução dessa política pelos agentes locais.

O convite a sua participação se deve por terem sido selecionados todos os profissionais de nível superior do CRAS, que são os principais executores dos serviços ofertados aos usuários da política de assistência social. Sua participação é importante para conhecer melhor a execução dessa política pública em nossa região. Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora. Serão coletados dados como profissão, tempo de atuação profissional e descrição das atividades realizadas em sua atuação diária. A entrevista será realizada no próprio CRAS em data e horário previamente estabelecidos.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de compartilhar seus conhecimentos e experiências profissionais e assim contribuir para ampliar o conhecimento sobre a execução da política de assistência social e colaborar para a formulação de propostas de qualificação dos profissionais da área.

O teor das perguntas não pretende causar danos morais ou riscos à sua saúde psíquica, emocional, ou espiritual, mas poderão desencadear algum tipo de emoção ao descrever como é sua atuação no dia a dia. Caso sinta-se desconfortável, a entrevista será imediatamente interrompida e receberá suporte da própria pesquisadora.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Quando concluída a pesquisa será enviada uma cópia do trabalho contendo as informações obtidas nas entrevistas e observações e as análises feitas pela pesquisadora.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Desde já agradecemos sua participação.

_____, ____ de _____ de 2017.

Cleoci Werle Rockenbach

Contato profissional com a pesquisadora responsável:

Tel: 55 3335-1022 ou 55 9 9953-0502

e-mail: cleociwr@gmail.com.br

Endereço para correspondência: CRAS, Travessa Maria Canova, 68 Centro - Eugênio de Castro / RS CEP 98860-000

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE D - Roteiro para observação

1. Observação dos espaços: limpeza, organização, estado dos móveis, quantidade e qualidade dos materiais, funcionamento dos equipamentos.
2. Discursos/falas dos profissionais: como as orientações são repassadas, conteúdos das informações, qual o propósito das orientações.
3. Falas dos usuários: nas atividades grupais.

Caracterização das atividades:

Coordenador do CRAS (formação);

Atividades, programas, projetos e serviços ofertados no CRAS (frequência, número de participantes);

Profissional responsável pela atividade;

Temas trabalhados nos grupos, oficinas e atendimentos individualizados;

Objetivos da atividade, resultados alcançados, mudanças verificadas;

Caracterização dos sujeitos:

Caracterização dos profissionais: número de profissionais, profissão, carga horária, vínculo profissional, tempo de trabalho;

Análise documental:

Análise de atas de reuniões;

Análise de registros das oficinas e dos grupos de convivência;

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Duração da entrevista:

Entrevistador:

Identificador para o entrevistado:

Idade do entrevistado:

Profissão:

Tempo de atuação no CRAS:

Experiências anteriores:

Atividades desenvolvidas:

Propósito das ações desenvolvidas (objetivos, resultados esperados);

Embasamento teórico-metodológico que norteia o trabalho;

Continuidade das ações - ações duradouras ou emergenciais;

Como vê os usuários da política de assistência social?

Quais as principais vulnerabilidades e problemáticas identificadas junto aos usuários?

Quais as principais temáticas trabalhadas nos grupos ou individualmente?

O que entende por protagonismo, autonomia, desenvolvimento de habilidades e capacidades?

Considerando que esses conceitos são norteadores da PNAS, como são trabalhados no dia a dia?

Quais dificuldades encontradas no exercício profissional no CRAS?

Como poderia ser o trabalho, caso as dificuldades e entraves fossem superados?